



SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

CAPA DO PROCESSO

Nº 190/2022-REL.TEC-SETC

ASSUNTO DO PROCESSO: RCI 3º TRIMESTRE 2022

INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - SETC

Aracaju, 27 de outubro de 2022

Rafael Santos Pereira
Diretor(a)



Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022



GOVERNO DE SERGIPE

**SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E
CONTROLE - SETC**

Relatório de Atividades do Controle Interno Estadual 3º Trimestre 2022

Aracaju/SE
Outubro/2022



Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

EXPEDIENTE

Belivaldo Chagas Silva
Governador do Estado de Sergipe

Benedito de Figueiredo
Secretário de Estado da Transparência e Controle

Sheila Feitosa Macedo
Superintendente Executiva

Elder Sandes Vieira
Ouvidoria-Geral

Liliane Elaine Ramos Souza
Assessoria Técnica e Jurídica

José Ney Marinho
Núcleo de Acompanhamento da Regularidade Fiscal do Estado de Sergipe

Rafael Santos Pereira
Núcleo de Fiscalização e Auditoria

Ageu Joventino Gois Nascimento
Núcleo de Planejamento e Controle

Fernando Gomes de Miranda
Núcleo de Transparência e Modernização

Hélio Sabino José Ribeiro Chaves
Diretoria Administrativa e Financeira



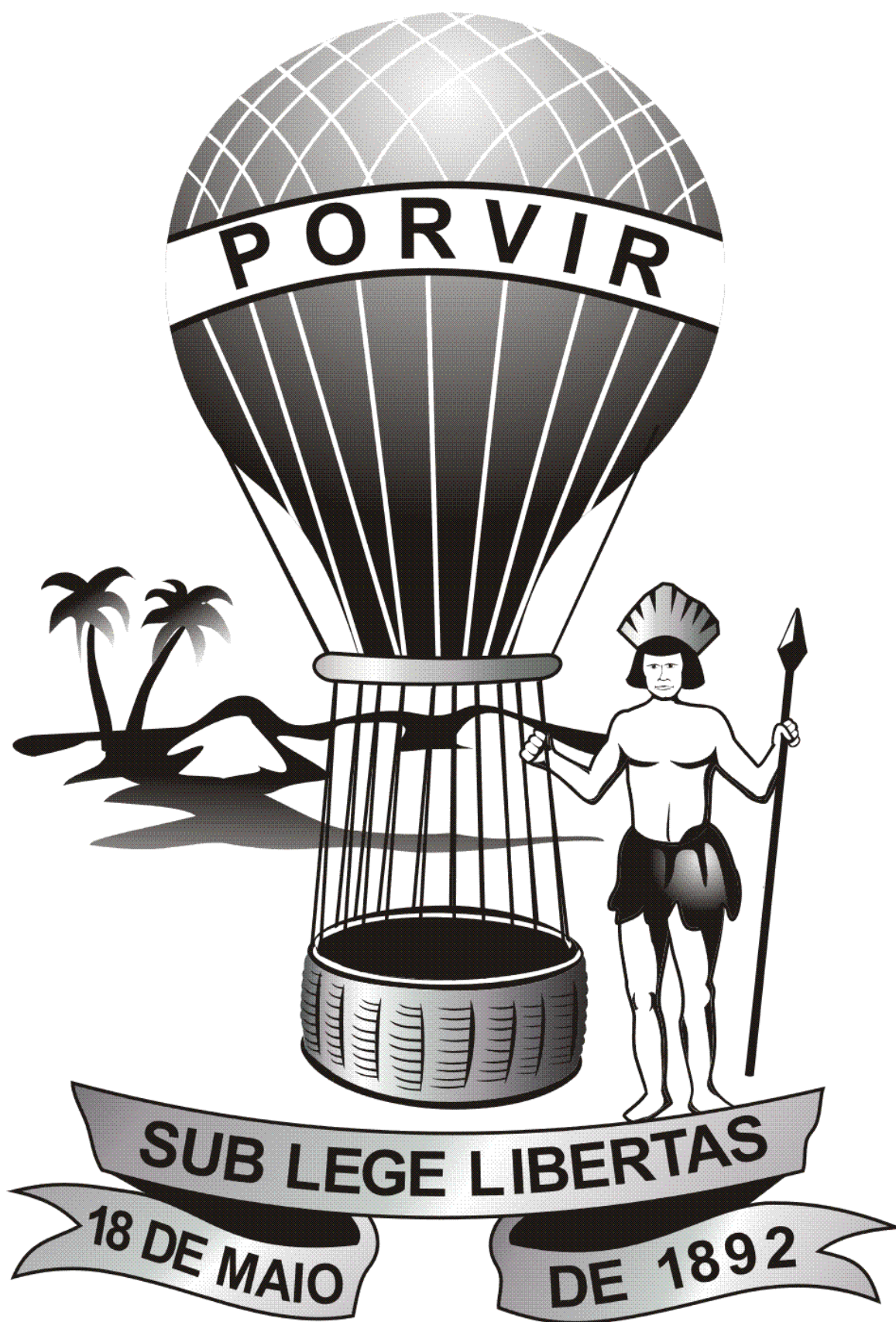
Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

SUMÁRIO

- 1. SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE**
 - 1.1 A INSTITUIÇÃO**
 - 1.2 COMPETÊNCIAS LEGAIS**
 - 1.3 CONTROLE INTERNO DA GESTÃO PÚBLICA**
 - 1.4 IDENTIDADE INSTITUCIONAL**
- 2. PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS**
 - 2.1 AÇÕES DE ORIENTAÇÃO À GESTÃO ESTADUAL**
 - 2.1.1 Orientações Técnicas
 - 2.2 ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO ESTADUAL**
 - 2.2.1 Monitoramento das Contas do Governo
 - 2.2.1.1 Do Orçamento
 - 2.2.1.2 Da Execução Orçamentária e Financeira
 - 2.2.1.3 Análise da Execução Orçamentária e Financeira
 - 2.2.2 Regularidade Fiscal do Estado
 - 2.3 AÇÕES DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL**
 - 2.3.1 Fiscalização das Conciliações Bancárias das UGs
 - 2.3.2 Tomada de Contas Especial
 - 2.4 TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO**
 - 2.4.1 Transparência Ativa
 - 2.4.2 Transparência Passiva
 - 2.4.3 Monitoramento dos Portais da Transparência Estaduais
 - 2.5 OUVIDORIA-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE**
 - 2.5.1 Apresentação
 - 2.5.2 Atividades Desempenhadas
 - 2.6 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL**
 - 2.7 POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**
 - 2.8 INSTITUIÇÃO DO “PROGRAMA DE INTEGRIDADE”**
- 3. GESTÃO DA SETC**
 - 3.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
 - 3.2 PESSOAL E ENCARGOS**
 - 3.3 OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO/INVESTIMENTOS**
 - 3.4 TRANSPARÊNCIA E MODERNIZAÇÃO**
 - 3.5 OUVIDORIA SETORIAL**



Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022





1. SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

1.1 A INSTITUIÇÃO

A Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, inscrita no CNPJ nº. 13.128.798/0009-50, é o órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, com sede na Rua Vila Cristina, nº. 1.051, no Bairro 13 de Julho, na cidade de Aracaju/SE.

Faz-se mister registrar, preliminarmente, que a Secretaria de Estado da Transparência e Controle – SETC teve sua origem na Controladoria-Geral do Estado, instituída nos termos das Leis Estaduais nº. 3.630/1995 e 7.950/2014, que por sua vez surgiu da Auditoria-Geral do Estado, criada pelo Decreto Estadual nº. 5.819, de 28 de julho de 1983, no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda.

A partir da Constituição Estadual de 1989, a Auditoria-Geral do Estado foi transformada em Controladoria-Geral do Estado de Sergipe - CGE/SE, por meio das Leis Estaduais nº. 3.591/1995 e nº. 3.630/1995, que por sua vez tornou-se a Secretaria de Estado da Transparência e Controle por meio da Lei Estadual nº. 8.496/2018, enquanto órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo Estadual.

1.2 COMPETÊNCIAS LEGAIS DA SETC

De acordo com as disposições do art. 67 da Constituição Estadual, compete à Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, órgão central do sistema de controle interno, o exercício pleno da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, quanto à legalidade, à legitimidade, à economicidade e aos demais princípios que regem a administração pública, bem como a aplicação de subvenções e renúncia de receitas, visando à proteção do patrimônio público do Estado de Sergipe.

Além disso, nos termos do Art. 11 da Lei nº. 8.496, de 28 de Dezembro de 2018, compete à SETC:

- ✓ a orientação, o acompanhamento e a proteção da gestão estadual;
- ✓ o exercício pleno da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e demais princípios que regem a administração pública, e da



Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

- aplicação de subvenções e renúncia de receitas, visando à salvaguarda do erário e do patrimônio público do Estado;
- ✓ a verificação da exatidão e regularidade das contas dos órgãos e entidades do Poder Executivo e a adequada execução do orçamento;
 - ✓ o incremento da transparência da gestão pública estadual;
 - ✓ a supervisão e o controle da regularidade fiscal da Administração Pública Estadual junto ao Cadastro Único de Convênios (CAUC/STN);
 - ✓ a prevenção e o combate à improbidade administrativa e às demais formas de irregularidades administrativas, no âmbito da Administração Pública Estadual;
 - ✓ auxiliar no aperfeiçoamento da gestão pública;
 - ✓ formular, coordenar e fomentar a implementação de programas e projetos voltados à prevenção da corrupção e à promoção da transparência;
 - ✓ zelar pelo controle social na administração pública;
 - ✓ contribuir para a evolução da qualidade na aplicação dos recursos em benefícios da sociedade;
 - ✓ fomentar e supervisionar as atividades da Ouvidoria-Geral do Estado;
 - ✓ a realização de outras atividades necessárias ao cumprimento de suas finalidades, nos termos das respectivas normas legais e/ou regulamentares.

1.3 CONTROLE INTERNO DA GESTÃO PÚBLICA

Conforme determinação do artigo 74, da Constituição Federal de 1988, cabe ao Controle Interno:

“I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.”

Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

Na busca de cumprir adequadamente todas essas atribuições e contribuir efetivamente para a melhoria da gestão das políticas públicas, a Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, vem aperfeiçoando continuamente a sua atuação.

1.4 IDENTIDADE INSTITUCIONAL



Missão

Orientar e acompanhar a gestão governamental para alcançar a efetividade das políticas públicas e exercer o controle interno para proteger o patrimônio público e assegurar a prevalência dos interesses da sociedade.

Visão Estratégica

Ser reconhecida pela sociedade e pelos gestores estaduais como referência de Controle Interno da Administração Pública.



Valores

*Ética e Transparência na Administração Pública;
Participação Popular e Controle Social da Gestão;
Prevalência do Interesse Público;
Responsabilidade Fiscal e Socioambiental;
Transversalidade da Gestão.*



Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

2. PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS

2.1 AÇÕES DE ORIENTAÇÃO À GESTÃO ESTADUAL

Em cumprimento à missão institucional de orientação, acompanhamento e proteção da gestão governamental, a Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, durante o 3º trimestre de 2022, realizou diversas atividades de orientação aos gestores e técnicos dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual, cujos resultados estão sintetizados a seguir:

2.1.1 ORIENTAÇÕES TÉCNICAS

As Orientações Técnicas são emitidas por meio de instrumentos administrativos elaborados por técnicos, emitido pela Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, e têm o propósito de avaliar e promover orientação técnica e normativa, bem como recomendar à adequação dos controles internos e de gestão no âmbito dos Órgãos e das Entidades que compõem o Poder Executivo Estadual.

A Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, no exercício de suas atribuições, utilizando o controle interno como principal ferramenta para proteger o patrimônio público estadual e evitar eventuais danos ao Erário, através da sua Assessoria Técnica e Jurídica, examinou demandas internas e externas, e demais matérias de competência desta Casa de Controle Interno.

O Controle Interno é o viés que a Administração Pública possui para verificar a regularidade e a legalidade de seus próprios atos, e saber se os princípios da legalidade e da supremacia do interesse público, dentre outros, foram respeitados, inclusive, avaliando a conveniência administrativa do ato praticado.

Nesse sentido, no período de julho a setembro, destacaram-se os trabalhos relacionados a seguir:

(NOTA TÉCNICA)

ASSUNTO: Trata-se da análise de contratação na modalidade de dispensa de licitação com amparo no art. 24, inciso II, da Lei. 8.666/93, em atendimento ao despacho exarado pela superintendência desta secretaria (SETC), com objetivo de verificar o processo de empresa



Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

especializada em serviços de manutenção preventiva e corretiva em ares-condicionados, frigobares e geladeiras com material incluso.

CONCLUSÃO: Ao analisar o contrato, foram observados o seguinte:

1) “item 2 DO REGISTRO”

“O instrumento possivelmente estará registrado no cartório...”

O termo “possivelmente” não demonstra segurança jurídica. Como sugestão orientamos a substituição do referido termo;

2) “item 3 DO OBJETO”

“ESPECIFICAÇÕES

Serviços de manutenção de aparelho/sistema de refrigeração – Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e serviços de instalação e desinstalação com insumos por conta da contratada, nos aparelhos de condicionadores de ar, bebedouros e geladeiras, nos DIVERSOS PRÉDIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA...”

O serviço a ser contratado será para todos os órgãos? Ou apenas nas dependências da SETC ? Sugestão que se observe para não haver contradição técnica/jurídica.

Em visita técnica, realizada no dia 28/07/2022, observou-se (relatório fotográfico em anexo) que o endereço constante como sendo sede da contratada, trata-se de complexo residencial com três imóveis, não há indicação de instalações empresariais, sobretudo de empresa de refrigeração, objeto do contrato em análise.

Sugere-se estudo detalhado quanto a veracidade das instalações físicas, capacidade técnica para atendimento dos serviços a serem contratados.

Sugere-se ainda, incluir no contrato objeto da análise, cláusula de proibição da subcontratação com base no artigo 78, inciso VI da Lei 8.666/93, em virtude da quantidade de serviços oferecidos e pelo fato da empresa vencedora não possuir sede comercial.

Sobre os demais itens do contrato, nada a observar.

É o relatório.

SMJ.

(DESPACHO)



Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

ASSUNTO: Ação Civil de Improbidade Administrativa

PROCESSO N. 201454102010 – **N. ÚNICO:** 0006833-53.2014.8.25.0040

CONCLUSÃO: Tendo em vista a decisão proferida pela 2ª Vara Civil de Lagarto, onde, dentre outras sanções, ficou determinado a proibição de contratar com o Poder Público e receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsão do artigo 12, incisos II e III da Lei de Improbidade Administrativa, dos seguintes réus: **José Valmir Monteiro, Gustavo André Celestino, Se Ligue Produções e Eventos LTDA, Josefa Elza Santos Batista, Alba Maria Leite de Meneses, Dorinalda Alves Dias Ferreira, Carlos Henrique do Nascimento Santos**, (sendo para os 4 últimos citados o prazo de 4 anos a proibição de contratar e não 5 anos), **encaminhem-se os autos para Comissão de Licitação para conhecimento e cumprimento.**

É o despacho.

2.2 ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO ESTADUAL

2.2.1 MONITORAMENTO DAS CONTAS DO GOVERNO

A Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, no cumprimento das ações de orientação e acompanhamento das ações governamentais, durante o terceiro trimestre de 2022, observou dados e informações registradas no sistema de contabilidade e gestão do Estado – i-gesp, pelas Unidades Gestoras da Administração Direta e Indireta, no tocante à execução orçamentária consolidada, que permitem avaliar a evolução da execução das receitas e despesas, com o objetivo de gerar informações estratégicas para orientar e subsidiar a tomada de decisão governamental.

2.2.1.1 DO ORÇAMENTO

O orçamento para o exercício de 2022 foi aprovado pela Lei nº 8.963, de 13 de janeiro de 2022, publicado no Diário Oficial do Estado Nº 28.831, de 17 de janeiro de 2022, alocando recursos da ordem de **R\$ 12.173.837.958,00** (doze bilhões, cento e setenta e três milhões, oitocentos e trinta e sete mil e novecentos e cinquenta e oito reais), o qual compreende o orçamento fiscal e da seguridade social, recursos de todas as fontes.



Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 2021		R\$ 1,00	
DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS		RECURSOS DE TODAS AS FONTES	
RECEITA		DESPESA	
RECEITAS CORRENTES	12.282.576.035	DESPESAS CORRENTES	10.737.998.486
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.267.012.176	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.354.911.290
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	567.151.620	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	167.591.810
RECEITA PATRIMONIAL	69.081.732	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.215.495.386
RECEITA AGROPECUÁRIA	0		
RECEITA INDUSTRIAL	0		
RECEITA DE SERVIÇOS	208.031.140		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.052.422.083		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	118.877.284		
RECEITAS CORRENTES – OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.252.151.245		
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.711.192.098		
I - TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	10.823.535.182		
RECEITAS DE CAPITAL	1.350.302.776	DESPESAS DE CAPITAL	1.417.977.680
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	569.825.700	INVESTIMENTOS	1.113.300.490
ALIENAÇÃO DE BENS	401.497.041	INVERSÕES FINANCEIRAS	80.000.000
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	18.515	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	224.677.190
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	378.811.520		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	150.000		
II - TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	1.350.302.776		
		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	17.861.792
TOTAL	12.173.837.958	TOTAL	12.173.837.958

Fonte: Lei nº 8.963, de 13 de janeiro de 2022/ Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas

No 3º trimestre de 2022, foram abertos créditos suplementares no montante de **R\$ 927.131.739,97** (novecentos e vinte e sete milhões, cento e trinta e um mil, setecentos e trinta e nove reais e noventa e sete centavos), créditos especiais no montante de **R\$ 3.800.000,00** (três milhões e oitocentos mil reais) e anulados o montante de **R\$ 707.497.510,38** (setecentos e sete milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, quinhentos e dez reais e trinta e oito centavos).

Até 30/09/2022, os créditos suplementares perfazem o montante de **R\$ 1.752.966.526,38** (um bilhão, setecentos e cinquenta e dois milhões, novecentos e sessenta e seis mil, quinhentos e vinte e seis reais e trinta e oito centavos), os créditos especiais o montante de **R\$ 463.372.047,18** (quatrocentos e sessenta e três milhões, trezentos e setenta e dois mil, quarenta e sete reais e dezoito centavos) e anulados o montante de **R\$ 1.634.727.815,18** (um bilhão, seiscentos e trinta e quatro milhões, setecentos e vinte e sete mil, oitocentos e quinze reais e dezoito centavos).

Dessa forma, a dotação atualizada perfaz o valor de **R\$ 12.755.448.716,38** (doze bilhões, setecentos e cinquenta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil, setecentos e dezesseis reais e trinta e oito centavos), conforme detalhado no quadro abaixo:



Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

	MOVIMENTAÇÃO	VALOR (R\$)
A	DOTAÇÃO INICIAL	12.173.837.958,00
B	CRÉDITO SUPLEMENTAR	1.752.966.526,38
C	CRÉDITO ESPECIAL	463.372.047,18
D	DOTAÇÃO ANULADA	1.634.727.815,18
E	DOTAÇÃO ATUALIZADA (E) (=) (A+B+C-D)	12.755.448.716,38

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Despesa Orçamentária Consolidado/

i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos
Compromissos de Governo

As fontes de recursos utilizadas para abertura de créditos adicionais, detalhadas no quadro a seguir, foram anulações de dotações, totalizando **R\$ 1.634.727.815,18** (um bilhão, seiscentos e trinta e quatro milhões, setecentos e vinte e sete mil, oitocentos e quinze reais e dezoito centavos); superavit financeiro apurado em Balanços Patrimoniais, totalizando **R\$ 292.110.758,38** (duzentos e noventa e dois milhões, cento e dez mil, setecentos e cinquenta e oito reais e trinta e oito centavos); excesso de arrecadação, totalizando **R\$ 109.500.000,00** (cento e nove milhões e quinhentos mil reais); e operação de crédito, totalizando **R\$ 180.000.000,00** (cento e oitenta milhões de reais).

PORTARIA	DATA	VALOR	FONTE DE RECURSOS
-	-	R\$ 1.634.727.815,18	ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO
29	07/02/2022	R\$ 246.758.102,78	SUPERAVIT FINANCEIRO
35	08/02/2022	R\$ 1.020.919,22	SUPERAVIT FINANCEIRO
39	10/02/2022	R\$ 197.506,79	SUPERAVIT FINANCEIRO
117	07/04/2022	R\$ 5.000.000,00	SUPERAVIT FINANCEIRO
166	06/05/2022	R\$ 2.000.000,00	SUPERAVIT FINANCEIRO
191	03/06/2022	R\$ 200.000,00	SUPERAVIT FINANCEIRO
207	21/06/2022	R\$ 100.000.000,00	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
215	28/06/2022	R\$ 3.000.000,00	SUPERAVIT FINANCEIRO
267	04/08/2022	R\$ 22.200.000,00	SUPERAVIT FINANCEIRO
282	17/08/2022	R\$ 3.385.262,59	SUPERAVIT FINANCEIRO
290	24/08/2022	R\$ 1.000.000,00	SUPERAVIT FINANCEIRO
303	06/09/2022	R\$ 114.000,00	SUPERAVIT FINANCEIRO
304	06/09/2022	R\$ 7.234.967,00	SUPERAVIT FINANCEIRO
325	27/09/2022	R\$ 9.500.000,00	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
-	-	R\$ 180.000.000,00	OPERAÇÃO DE CRÉDITO
		TOTAL R\$ 2.216.338.573,56	

Quanto aos **créditos especiais**, estes foram abertos por meio do Decreto Nº 7, de 27 de janeiro de 2022, no valor de R\$ 1.521.042,00 (um milhão, quinhentos e vinte e um mil e quarenta e dois reais), em favor da Unidade Gestora 22201 – Departamento Estadual de Trânsito



Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

de Sergipe; do Decreto Nº 30, de 16 de fevereiro de 2022, no valor de R\$ 458.051.005,18 (quatrocentos e cinquenta e oito milhões, cinquenta e um mil, cinco reais e dezoito centavos), em favor da Unidade Gestora 37202 – Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado de Sergipe; e do Decreto Nº 118, de 27 de julho de 2022, no valor de R\$ 3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil reais), em favor da Unidade Gestora 18101 – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura; totalizando **R\$ 463.372.047,18** (quatrocentos e sessenta e três milhões, trezentos e setenta e dois mil, quarenta e sete reais e dezoito centavos).

Após a abertura de créditos adicionais, a despesa orçamentária atualizada ficou assim distribuída:

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE			
DEMONSTRATIVO DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS			
CATEGORIA ECONÔMICA / GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA
DESPESAS CORRENTES	10.737.998.486,00	340.713.866,32	11.078.712.352,32
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.354.911.290,00	-51.053.507,01	7.303.857.782,99
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	167.591.810,00	9.451.700,00	177.043.510,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.215.495.386,00	382.315.673,33	3.597.811.059,33
DESPESAS DE CAPITAL	1.417.977.680,00	240.896.892,06	1.658.874.572,06
INVESTIMENTOS	1.113.300.490,00	245.957.075,04	1.359.257.565,04
INVERSÕES FINANCEIRAS	80.000.000,00	-1.858.482,98	78.141.517,02
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	224.677.190,00	-3.201.700,00	221.475.490,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	17.861.792,00	,00	17.861.792,00
TOTAL	12.173.837.958,00	581.610.758,38	12.755.448.716,38

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Despesa Orçamentária Consolidado

i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil / Dotação Autorizada / Alterações / Remanejamentos Orçamentários

2.2.1.2 DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Receita realizada no 3º. Trimestre de 2022 foi no valor de **R\$ 2.940.887.766,34** (dois bilhões, novecentos e quarenta milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, setecentos e sessenta e seis reais e trinta e quatro centavos), perfazendo até o trimestre o montante arrecadado de **R\$ 9.679.279.033,69** (nove bilhões, seiscentos e setenta e nove milhões, duzentos e setenta e nove mil, trinta e três reais e sessenta e nove centavos), conforme detalhado no quadro abaixo:



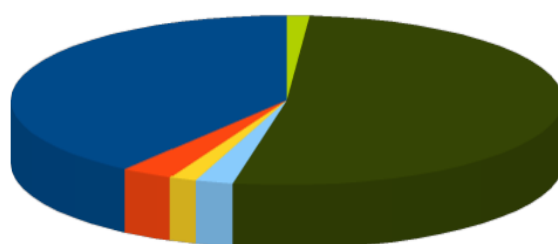
Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE				
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS				
CATEGORIA ECONÔMICA / GRUPO DE RECEITA	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITA REALIZADA		SALDO
		NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	
RECEITAS CORRENTES	12.392.076.035,00	3.468.187.458,82	11.314.500.230,22	-1.077.575.804,78
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	5.276.512.176,00	1.454.601.670,69	4.533.249.931,72	-743.262.244,28
CONTRIBUIÇÕES	567.151.620,00	95.263.065,73	341.266.102,33	-225.885.517,67
RECEITA PATRIMONIAL	69.081.732,00	64.533.559,75	174.959.316,67	105.877.584,67
RECEITA AGROPECUÁRIA	,00	,00	,00	,00
RECEITA INDUSTRIAL	,00	,00	,00	,00
RECEITA DE SERVIÇOS	208.031.140,00	88.758.221,81	250.992.789,81	42.961.649,81
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.152.422.083,00	1.723.228.756,15	5.864.682.326,43	-287.739.756,57
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	118.877.284,00	41.802.184,69	149.349.763,26	30.472.479,26
RECEITAS DE CAPITAL	1.530.302.776,00	28.455.486,50	174.425.610,40	-1.355.877.165,60
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	749.825.700,00	18.055.996,52	106.942.817,96	-642.882.882,04
ALIENAÇÃO DE BENS	401.497.041,00	1.572.316,40	6.741.818,22	-394.755.222,78
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	18.515,00	,00	,00	-18.515,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	378.811.520,00	8.826.279,34	60.724.561,95	-318.086.958,05
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	150.000,00	894,24	16.412,27	-133.587,73
RECEITAS CORRENTES – OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.252.151.245,00	192.756.914,50	666.778.217,36	-585.373.027,64
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.711.192.098,00	-748.512.093,48	-2.476.425.024,29	234.767.073,71
TOTAL	12.463.337.958,00	2.940.887.766,34	9.679.279.033,69	-2.784.058.924,31

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Receita Orçamentária Consolidado

Receitas Arrecadadas no 3º Trimestre

Receitas Correntes



- IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA
- CONTRIBUIÇÕES
- RECEITA PATRIMONIAL
- RECEITA AGROPECUÁRIA
- RECEITA INDUSTRIAL
- RECEITA DE SERVIÇOS
- TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
- OUTRAS RECEITAS CORRENTES

Receitas de Capital



- OPERAÇÕES DE CRÉDITO
- ALIENAÇÃO DE BENS
- AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS
- TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL
- OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL



Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

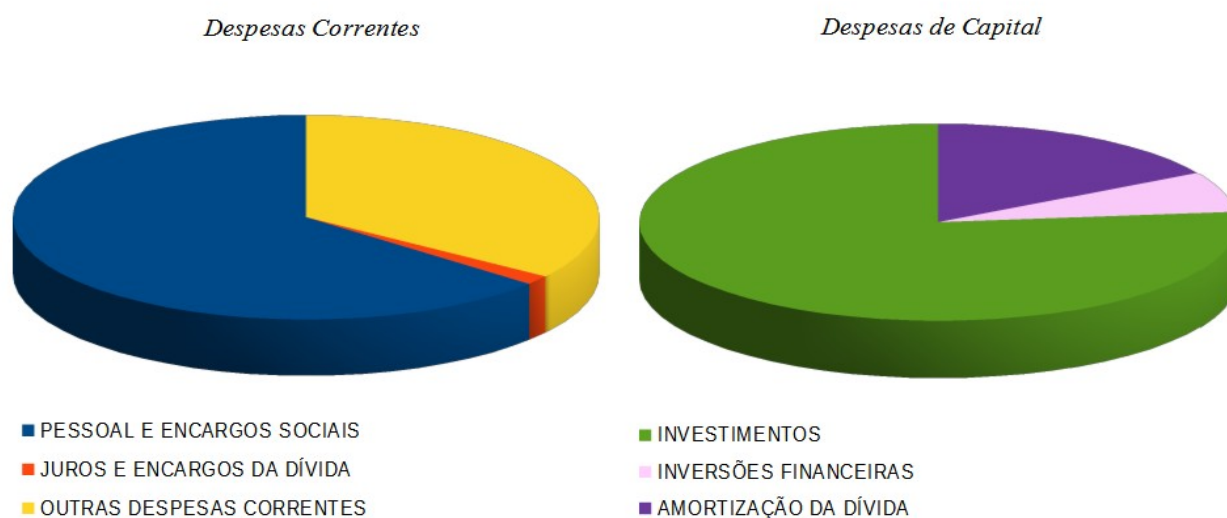
A Despesa Empenhada no 3º. trimestre de 2022 foi no valor de **R\$ 2.919.079.402,52** (dois bilhões, novecentos e dezenove milhões, setenta e nove mil, quatrocentos e dois reais e cinquenta e dois centavos), perfazendo até o trimestre o montante de **R\$ 10.241.532.348,12** (dez bilhões, duzentos e quarenta e um milhões, quinhentos e trinta e dois mil, trezentos e quarenta e oito reais e doze centavos), conforme demonstrativo a seguir:

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE						
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS						
CATEGORIA ECONÔMICA / GRUPO DE DESPESA	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE
DESPESAS CORRENTES	2.665.881.386,56	9.110.903.368,38	2.927.651.247,11	8.211.597.458,62	2.898.329.277,31	7.984.264.789,36
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.699.377.288,33	5.802.494.034,23	1.857.935.172,79	5.264.347.034,80	1.808.933.809,00	5.158.100.088,26
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	37.803.733,14	162.706.055,16	55.946.802,21	139.257.974,81	55.946.802,21	139.257.974,80
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	928.700.365,09	3.145.703.278,99	1.013.769.272,11	2.807.992.449,01	1.033.448.666,10	2.686.906.726,30
DESPESAS DE CAPITAL	253.198.015,96	1.130.628.979,74	278.064.150,21	766.669.447,66	246.337.517,81	727.996.179,79
INVESTIMENTOS	194.248.020,33	876.500.433,32	208.943.460,04	550.049.960,77	177.204.029,69	511.376.692,90
INVERSÕES FINANCEIRAS	16.874.424,80	54.785.803,24	16.874.432,71	54.785.770,94	16.874.432,71	54.785.770,94
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	42.075.570,83	199.342.743,18	52.246.257,46	161.833.715,95	52.259.055,41	161.833.715,95
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	,00	,00	,00	,00	,00	,00
TOTAL	2.919.079.402,52	10.241.532.348,12	3.205.715.397,32	8.978.266.906,28	3.144.666.795,12	8.712.260.969,15

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Despesa Orçamentária Consolidado

i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

Despesas Empenhadas no 3º Trimestre





Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

• Despesa Orçamentária por Órgão e Entidade

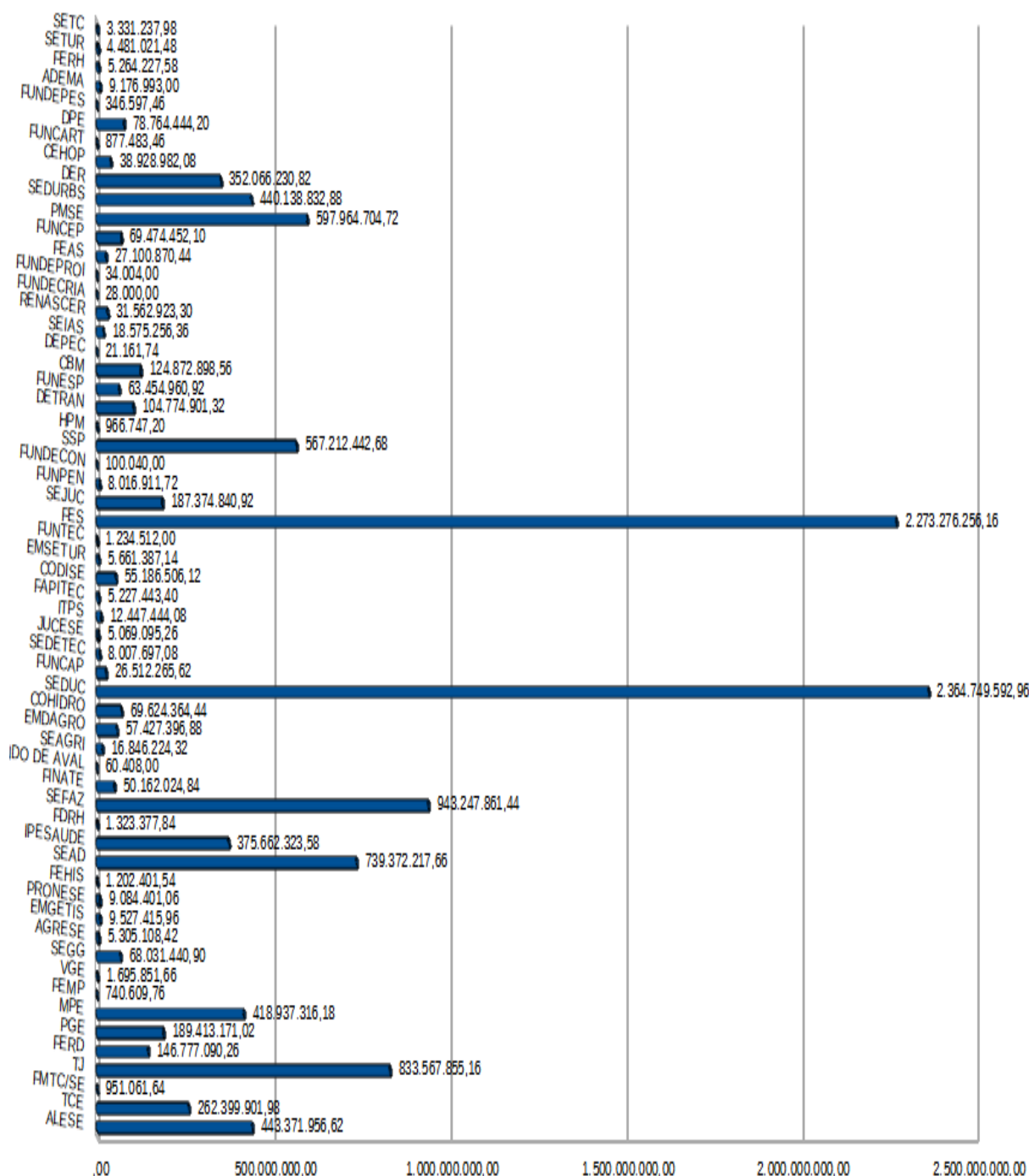
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR ÓRGÃO/ENTIDADE						
UNIDADE GESTORA	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE
ALESE	11.187.182,24	232.873.160,55	59.505.154,89	177.129.055,17	59.859.281,02	177.070.796,92
TCE	10.964.713,68	142.164.664,67	37.999.919,38	101.996.734,90	37.941.574,17	101.888.719,73
FMTC/SE	18.686,68	494.217,50	230.776,37	480.999,33	229.358,69	479.581,65
TJ	58.712.086,44	475.496.014,02	142.584.118,48	433.509.055,94	142.333.857,99	432.926.136,82
FERD	13.968.420,61	87.356.965,74	20.987.242,91	66.543.066,23	21.568.811,72	65.867.424,11
PGE	12.267.161,80	106.973.747,31	23.223.426,23	49.289.823,18	13.996.189,43	39.647.065,57
MPE	5.019.682,21	214.488.340,30	55.568.713,48	153.726.854,87	55.461.886,71	153.548.383,01
FEMP	,00	370.304,88	196.304,88	196.304,88	152.304,88	152.304,88
VEGE	32.747,82	880.673,65	216.499,09	615.561,63	216.439,09	604.772,56
SEGG	18.125.625,04	52.141.345,49	14.067.238,87	40.651.173,95	13.998.521,31	39.984.239,99
AGRESE	991.763,33	3.644.317,54	848.417,20	2.109.713,41	847.937,20	2.109.233,41
EMGETIS	2.690.726,98	7.454.434,96	2.306.967,57	6.634.865,82	2.270.960,83	6.475.906,32
PRONESE	2.209.119,36	6.751.319,89	1.860.125,60	6.096.661,53	1.886.325,26	6.087.805,45
FEHIS	116.566,00	717.766,77	176.638,34	615.195,40	176.638,34	615.195,40
SEAD	5.009.347,13	374.695.455,96	53.726.640,49	297.239.976,17	53.375.123,72	295.989.129,55
IPESAÚDE	95.651.416,76	283.482.578,55	102.019.576,14	277.857.870,33	106.875.088,12	269.104.727,82
FDRH	82.015,78	743.704,70	41.665,20	399.658,15	81.525,20	391.052,27
SEFAZ	220.207.116,35	691.831.047,07	193.279.642,90	555.457.892,71	193.069.496,04	553.980.412,36
FINATE	19.002.613,56	44.083.625,98	10.582.636,29	29.140.481,93	10.524.045,66	25.855.883,10
FUNDO DE AVAL	,00	30.204,00	,00	0,00	,00	0,00
SEAGRI	5.423.132,49	13.846.244,65	5.058.274,18	11.270.061,97	3.642.392,81	8.782.909,75
EMDAGRO	16.494.179,42	45.207.877,86	15.877.148,07	42.664.605,06	14.329.887,55	40.906.024,69
COHIDRO	15.745.775,62	50.557.957,84	15.321.799,39	49.027.298,79	14.879.555,19	47.571.819,22
SEDUC	525.595.132,47	1.707.969.928,95	578.321.171,43	1.462.051.169,43	560.102.932,78	1.420.006.928,73
FUNCAP	6.497.852,93	19.753.985,74	9.097.413,41	19.005.130,91	9.075.479,84	17.897.144,85
SEDETEC	1.245.010,87	5.248.859,41	1.242.396,84	3.827.294,59	1.270.079,78	3.735.806,19
JUCESE	1.365.403,88	3.899.951,51	1.383.366,57	3.536.181,16	1.320.026,23	3.463.573,78
ITPS	3.351.938,43	9.575.660,47	3.087.844,79	9.143.359,05	2.955.865,92	8.979.344,56
FAPITEC	1.682.628,43	4.296.350,13	1.677.765,08	4.272.346,59	1.840.783,99	4.179.599,63
CODISE	15.633.716,43	43.226.969,49	15.578.404,10	40.820.319,01	15.219.617,83	40.368.143,31
EMSETUR	819.122,53	3.649.816,10	828.273,81	3.595.269,44	1.029.629,64	3.546.577,21
FUNTEC	,00	617.256,00	,00	614.256,00	614.256,00	614.256,00
FES	567.152.689,98	1.703.790.818,06	551.042.713,49	1.625.986.755,44	565.977.077,69	1.546.130.924,72
SEJUC	60.097.279,80	153.784.700,26	60.702.917,01	146.269.872,42	57.560.258,06	131.567.654,07
FUNPEN	1.769.023,82	5.777.479,68	2.315.380,63	4.414.193,62	2.292.602,63	4.305.779,62
FUNDECON	103.634,64	153.654,64	24.623,74	34.309,93	30.075,70	33.897,29
SSP	90.841.770,11	374.447.991,45	103.857.298,52	279.817.846,20	103.751.211,80	279.604.818,40
HPM	246.449,86	729.823,46	271.188,14	686.403,27	311.591,26	620.045,92
DETRAN	26.252.790,31	78.640.240,97	26.906.710,98	72.100.170,76	26.680.889,42	71.833.018,73
FUNESP	16.362.319,20	48.089.799,66	12.758.787,38	34.854.023,69	13.325.711,32	34.848.858,71
CBM	18.970.836,56	81.407.285,84	31.252.333,82	78.409.350,55	31.108.792,06	78.252.599,21
DEPEC	5.600,00	16.180,87	,00	10.580,87	,00	10.580,87
SEIAS	2.933.312,77	12.220.940,95	3.551.054,72	10.751.005,37	3.339.397,44	9.357.019,88
RENASCER	8.766.484,80	24.547.946,45	8.660.316,80	23.972.793,18	7.911.036,60	22.763.424,24
FUNDECRIA	4.000,00	18.000,00	7.085,09	17.533,19	11.264,78	15.250,68
FUNDEPROI	98.597,00	115.599,00	7.185,08	17.633,18	11.264,78	15.250,67
FEAS	4.947.368,59	18.497.803,81	6.660.127,81	12.278.759,33	7.128.908,95	12.089.283,04
FUNCEP	14.075.396,24	48.812.622,29	14.450.373,29	36.064.604,73	13.513.273,84	34.584.088,72
PMSE	162.274.617,41	461.256.969,77	161.721.060,97	460.234.421,49	162.326.156,72	459.285.833,32
SEDURBS	91.987.022,40	312.056.438,84	78.211.774,85	217.508.066,69	76.923.236,43	214.789.660,07
DER	90.893.031,99	266.926.147,40	100.270.668,74	172.084.962,93	75.420.123,05	140.692.080,63
CEHOP	7.225.751,91	26.690.242,95	7.476.264,51	26.482.326,75	7.168.271,65	25.668.007,07
FUNCART	235.698,85	674.440,58	153.100,11	544.392,84	153.100,11	544.392,84
DPE	19.857.960,15	59.240.182,25	15.808.471,60	48.608.397,83	15.791.499,80	48.591.245,75
FUNDEPES	145.265,01	318.563,74	161.266,91	175.298,73	161.266,91	175.298,73
ADEMA	2.488.088,33	7.076.584,83	2.617.950,10	6.473.052,83	2.455.183,03	6.175.773,18
FERH	1.243.000,98	3.875.114,77	1.387.295,41	3.210.235,08	1.210.248,23	2.665.618,11
SETUR	1.246.808,93	3.487.319,67	1.500.500,20	3.030.313,28	1.392.738,07	2.811.305,52
SETC	800.101,17	2.465.720,16	775.197,84	2.391.985,83	770.401,34	2.350.518,93
SERGIPEPREVIDÊNCIA	116.366.397,46	352.889.082,02	125.651.840,52	331.882.596,02	125.665.367,63	307.205.169,02
FINANPREV	541.577.218,98	1.558.999.906,07	520.616.347,08	1.530.436.782,72	501.429.972,88	1.502.442.672,37
TOTAL	2.919.079.402,52	10.241.532.348,12	3.205.715.397,32	8.978.266.906,28	3.144.666.795,12	8.712.260.969,15

Fonte: i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo



Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

Despesa Empenhada Janeiro a Setembro





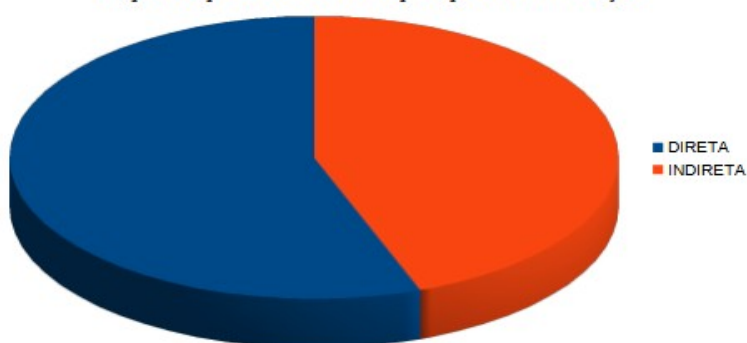
Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

• Despesa Orçamentária por Tipo de Administração

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE						
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR TIPO ADMINISTRAÇÃO						
TIPO ADMINISTRAÇÃO	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE
DIRETA	1.336.917.933,46	5.567.039.046,45	1.643.518.620,49	4.600.711.164,88	1.610.113.850,08	4.520.981.564,92
INDIRETA	1.582.161.469,06	4.674.493.301,67	1.562.196.776,83	4.377.555.741,40	1.534.552.945,04	4.191.279.404,23
TOTAL	2.919.079.402,52	10.241.532.348,12	3.205.715.397,32	8.978.266.906,28	3.144.666.795,12	8.712.260.969,15

Fonte: i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

Despesa Empenhada acumulada por tipo de Administração



• Despesa Orçamentária por Função

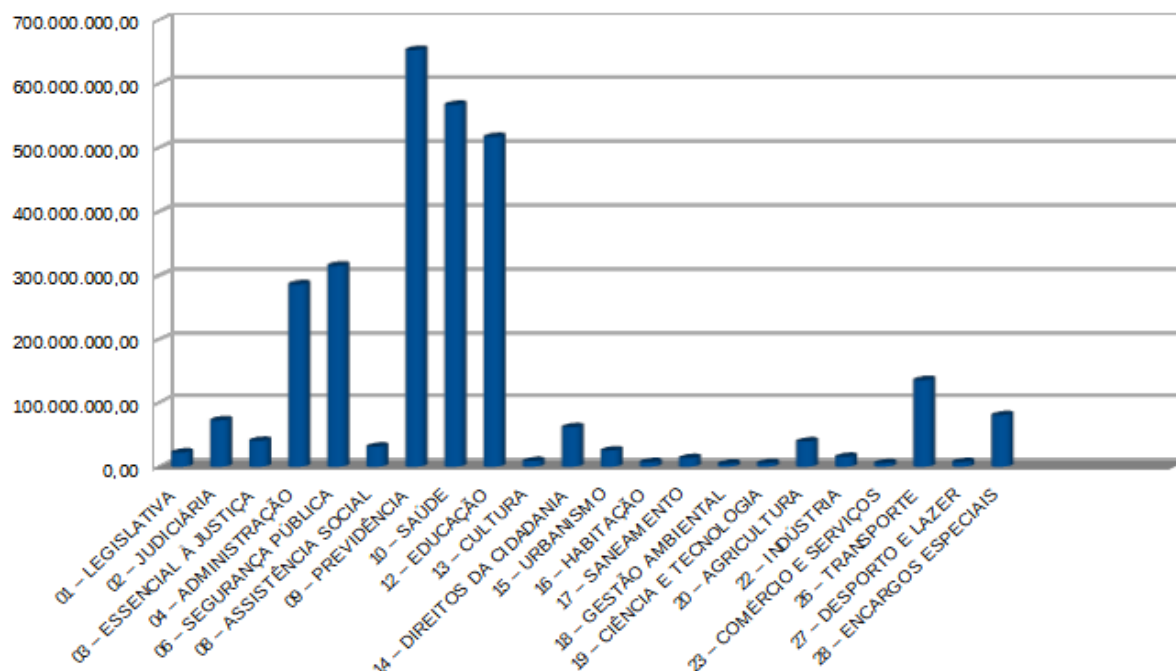
GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE						
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR FUNÇÃO						
FUNÇÃO	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE
01 – LEGISLATIVA	22.170.582,60	375.532.042,72	97.735.850,64	279.606.789,40	98.030.213,88	279.439.098,30
02 – JUDICIÁRIA	72.749.279,04	563.148.760,65	163.623.533,38	500.331.303,06	163.958.543,45	499.069.945,32
03 – ESSENCIAL À JUSTIÇA	40.689.154,13	312.766.592,66	83.222.210,35	236.459.321,66	83.109.207,65	236.032.331,70
04 – ADMINISTRAÇÃO	285.942.575,04	1.106.058.336,25	272.897.076,92	917.420.949,49	276.981.366,55	901.695.038,49
06 – SEGURANÇA PÚBLICA	315.148.783,45	1.044.782.111,15	336.844.881,02	926.179.717,17	337.504.352,58	924.445.174,29
08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	31.589.663,68	106.700.980,42	34.680.997,74	85.584.783,22	33.231.582,14	81.278.352,27
09 – PREVIDÊNCIA	653.170.238,38	1.898.125.319,46	642.516.841,68	1.849.902.429,84	623.350.907,62	1.797.250.887,86
10 – SAÚDE	567.152.689,98	1.703.790.818,06	551.042.713,49	1.625.986.755,44	565.977.077,69	1.546.130.924,72
12 – EDUCAÇÃO	516.914.625,38	1.685.116.362,69	569.095.520,72	1.445.314.892,34	551.516.884,10	1.404.199.112,87
13 – CULTURA	8.972.667,49	24.511.717,43	11.241.167,57	23.324.921,64	11.172.496,35	22.084.484,70
14 – DIREITOS DA CIDADANIA	61.969.938,26	159.715.834,58	63.042.921,38	150.718.375,97	59.882.936,39	135.907.330,98
15 – URBANISMO	25.613.880,17	70.118.317,02	25.341.814,81	60.999.927,11	25.366.353,32	60.164.607,42
16 – HABITAÇÃO	7.380.836,14	26.980.458,17	7.450.785,87	26.429.339,39	7.142.793,01	25.615.019,71
17 – SANEAMENTO	13.732.907,78	54.462.547,49	13.732.915,69	54.462.515,19	13.732.915,69	54.462.515,19
18 – GESTÃO AMBIENTAL	4.887.165,62	12.676.167,49	4.248.989,23	10.294.172,56	3.905.261,20	9.448.362,10
19 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA	5.870.521,44	18.670.858,66	5.682.511,27	16.903.617,41	6.095.004,03	16.594.981,40
20 – AGRICULTURA	39.608.189,04	113.419.385,64	37.072.568,73	106.126.895,37	33.722.113,38	100.445.558,21
22 – INDÚSTRIA	15.558.969,68	42.985.533,23	15.503.657,35	40.578.888,75	15.144.871,08	40.126.713,05
23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS	5.737.931,46	16.304.635,77	6.797.121,24	15.634.368,26	6.890.714,94	15.366.668,27
26 – TRANSPORTE	135.784.564,04	438.206.194,15	131.979.758,82	260.045.569,84	105.979.897,48	227.353.361,89
27 – DESPORTO E LAZER	7.639.421,44	23.039.449,87	8.267.201,89	16.410.711,78	7.638.737,51	15.159.001,43
28 – ENCARGOS ESPECIAIS	80.794.818,28	444.419.924,56	123.694.357,53	329.550.661,39	114.332.565,08	319.991.498,98
TOTAL	2.919.079.402,52	10.241.532.348,12	3.205.715.397,32	8.978.266.906,28	3.144.666.795,12	8.712.260.969,15

Fonte: i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo



Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

Despesa Orçamentária por Função

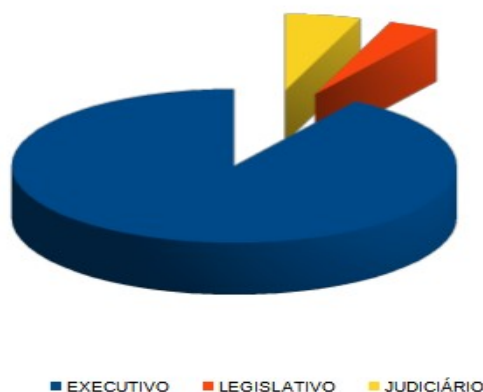


• Despesa Orçamentária por Poder

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE						
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR PODER						
PODER	EMPENHADO		LIQUIDADADO		PAGO	
	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE
EXECUTIVO	2.824.228.312,87	9.303.147.325,64	2.944.408.185,29	8.198.607.994,71	2.882.733.911,53	7.934.028.309,92
LEGISLATIVO	22.170.582,60	375.532.042,72	97.735.850,64	279.606.789,40	98.030.213,88	279.439.098,30
JUDICIÁRIO	72.680.507,05	562.852.979,76	163.571.361,39	500.052.122,17	163.902.669,71	498.793.560,93
TOTAL	2.919.079.402,52	10.241.532.348,12	3.205.715.397,32	8.978.266.906,28	3.144.666.795,12	8.712.260.969,15

Fonte: i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

Despesa Orçamentária por Poder





Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

Percebe-se que, no confronto entre a dotação atualizada e a despesa empenhada até o período, verificou-se uma economia orçamentária no valor de **R\$ 2.513.916.368,26** (dois bilhões, quinhentos e treze milhões, novecentos e dezesseis mil, trezentos e sessenta e oito reais e vinte e seis centavos), o que representa aproximadamente 19,71% da dotação atualizada, conforme quadro abaixo:

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE	
DOTAÇÃO ATUALIZADA X DESPESA EMPENHADA	
DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	12.755.448.716,38
DESPESA EMPENHADA (B)	10.241.532.348,12
ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA (A – B)	2.513.916.368,26

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Despesa Orçamentária Consolidado

Por sua vez, no confronto entre a despesa empenhada e a despesa paga, verificou-se uma despesa a pagar até o período, no valor de **R\$ 1.529.271.378,97** (um bilhão, quinhentos e vinte e nove milhões, duzentos e setenta e um mil, trezentos e setenta e oito reais e noventa e sete centavos), o que representa, aproximadamente 14,93% da despesa empenhada, conforme demonstrado abaixo:

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE	
DESPESA EMPENHADA x DESPESA PAGA	
DESPESA EMPENHADA (A)	10.241.532.348,12
DESPESA PAGA (B)	8.712.260.969,15
DESPESA A PAGAR (A – B)	1.529.271.378,97

Fonte: i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

Do confronto entre a receita realizada e a despesa empenhada até o período, verificou-se um *deficit* orçamentário no valor de **R\$ (562.253.314,43)** (quinhentos e sessenta e dois milhões, duzentos e cinquenta e três mil, trezentos e quatorze reais e quarenta e três centavos), assim detalhado:

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE	
RECEITA REALIZADA X DESPESA EMPENHADA	
RECEITA REALIZADA (A)	9.679.279.033,69
DESPESA EMPENHADA (B)	10.241.532.348,12
SUPRAVIT/DEFICIT ORÇAMENTÁRIO (A – B)	-562.253.314,43

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Receita Orçamentária Consolidado/ Demonstrativo da Execução da Despesa Orçamentária Consolidado



Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

2.2.1.3 ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Nesse item, será efetuada a análise do desempenho orçamentário-financeiro, por meio de indicadores, da gestão pública do Governo do Estado de Sergipe a fim de oferecer informações acerca da utilização dos recursos públicos.

a) Quociente de Execução da Receita: Receita Arrecadada/Receita Prevista Atualizada

Receita Arrecadada	9.679.279.033,69	0,78
Receita Prevista Atualizada	12.463.337.958,00	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de receita prevista atualizada, foi arrecadado o valor de aproximadamente **R\$ 0,78**, ou seja, no exercício, foi arrecadado aproximadamente 78,00% das receitas previstas atualizadas, caracterizando-se um *deficit* de arrecadação no valor de **R\$ 2.784.058.924,31**.

b) Quociente de Execução da Despesa: Despesa Empenhada/Dotação Atualizada

Despesa Empenhada	10.241.532.348,12	0,80
Dotação Atualizada	12.755.448.716,38	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** da dotação atualizada, foi executado a quantia de aproximadamente **R\$ 0,80**, ou seja, no período, foi empenhado aproximadamente 80,00% da dotação atualizada, perfazendo uma economia orçamentária no valor de **R\$ 2.513.916.368,26**.

c) Quociente de Equilíbrio Orçamentário: Despesa Autorizada/Receita Prevista

Dotação Atualizada	12.755.448.716,38	1,02
Receita Prevista Atualizada	12.463.337.958,00	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de receita prevista atualizada, foram dispendidos para utilização dos recursos a quantia de aproximadamente **R\$ 1,02**, demonstrando equilíbrio orçamentário. Verifica-se, no entanto, diferença entre a Dotação Atualizada e a Receita Prevista Atualizada, decorrente dos créditos adicionais abertos.

d) Quociente do Resultado Orçamentário: Receita Arrecadada/Despesa Empenhada



Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

Receita Arrecadada	9.679.279.033,69	0,95
Despesa Empenhada	10.241.532.348,12	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de despesa empenhada, existe a quantia de aproximadamente **R\$ 0,95** de receita arrecadada para saldar as obrigações, gerando, no exercício, um **deficit orçamentário** da ordem de **R\$ (562.253.314,43)**.

e) Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária: Receita Orçamentária/Despesa Orçamentária Paga

Receita Orçamentária	9.679.279.033,69	1,11
Despesa Orçamentária Paga	8.712.260.969,15	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de despesa orçamentária paga, existe a quantia de **R\$ 1,11** de receita orçamentária para saldar as obrigações, gerando, no exercício, um **superavit financeiro** da ordem de **R\$ 967.018.064,54**.

f) Quociente da Execução Orçamentária Corrente: Receita Corrente/Despesa Corrente

Receita Corrente	9.504.853.423,29	1,04
Despesa Corrente	9.110.903.368,38	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de Despesa Corrente Empenhada, existe a quantia de aproximadamente **R\$ 1,04** de Receita Corrente Arrecadada para saldar as obrigações, gerando, no exercício, um **superavit orçamentário corrente** da ordem de **R\$ 393.950.054,91**.

g) Quociente da Execução Orçamentária de Capital: Receita de Capital/Despesa de Capital

Receita de Capital	174.425.610,40	0,15
Despesa de Capital	1.130.628.979,74	

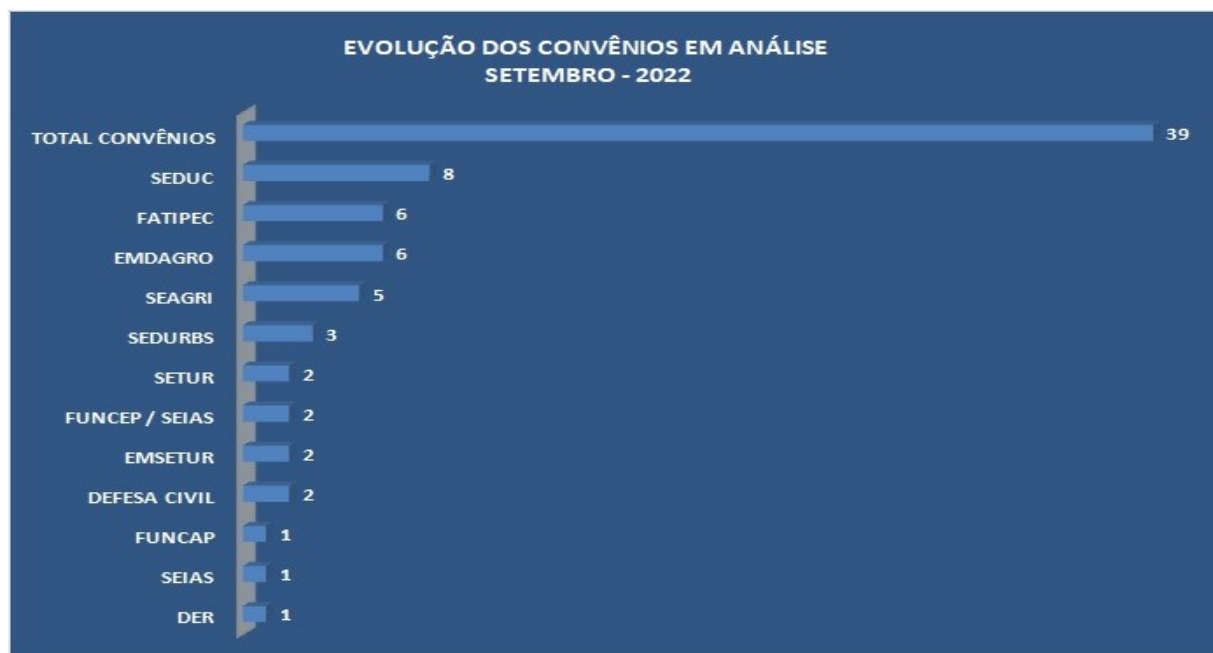
Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de Despesa de Capital Empenhada, existe a quantia de aproximadamente **R\$ 0,15** de Receita de Capital Arrecadada para saldar as obrigações, gerando, no exercício, um **deficit orçamentário de capital** da ordem de **R\$ 956.203.369,34**.

**Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022****2.2.2 REGULARIDADE FISCAL DO ESTADO**

A regularidade fiscal do Estado, em sentido lato, perante o Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias, da Secretaria do Tesouro Nacional - CAUC/STN, é condição essencial para o Estado celebrar convênios, firmar contratos e receber repasses da União e de Organismos Internacionais de fomento. Neste sentido, o Governo de Sergipe publicou, em 24 de fevereiro de 2010, o Decreto nº. 26.905, que estabelece os procedimentos a serem adotados pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual para manter a respectiva regularidade jurídica, fiscal, econômico-financeira e administrativa.

Ao longo dos meses de julho, agosto e setembro deste ano, o Núcleo de Acompanhamento da Regularidade Fiscal do Estado de Sergipe – NARF/SETC/SE, localizado na Secretaria de Estado da Transparência e Controle, monitorou todos os CNPJs relacionados ao Estado de Sergipe. Para alcançar tal objetivo, os instrumentos utilizados para acompanhar a regularidade fiscal do Estado, em sentido amplo, foram os Relatórios de Situação Fiscal, emitidos pela RFB/MF e os Relatórios advindos do CAUC/STN/MF, dentre outros.

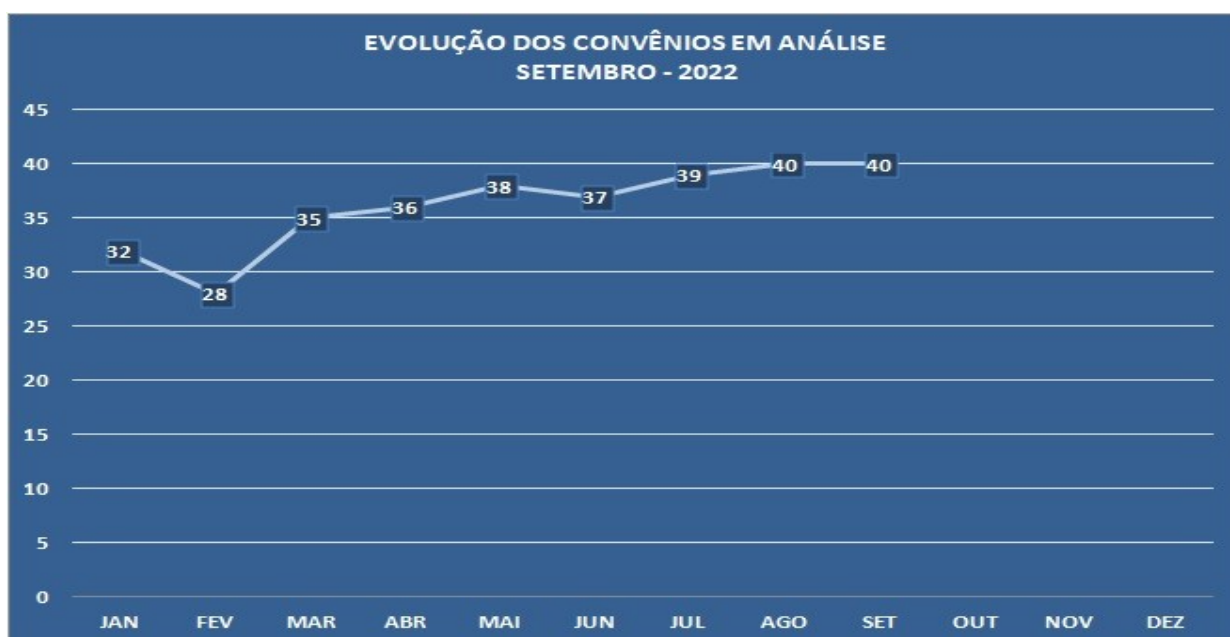
Importa assinalar que, neste momento, vem requerendo atenção do NARF/SETC o número de convênios em situação de análise, segundo revelam os dados do i-Gesp. Neste sentido, eis abaixo a representação gráfica da situação dos respectivos convênios por Órgão, com a respectiva evolução no terceiro trimestre de 2022:



Fonte: I-Gesp

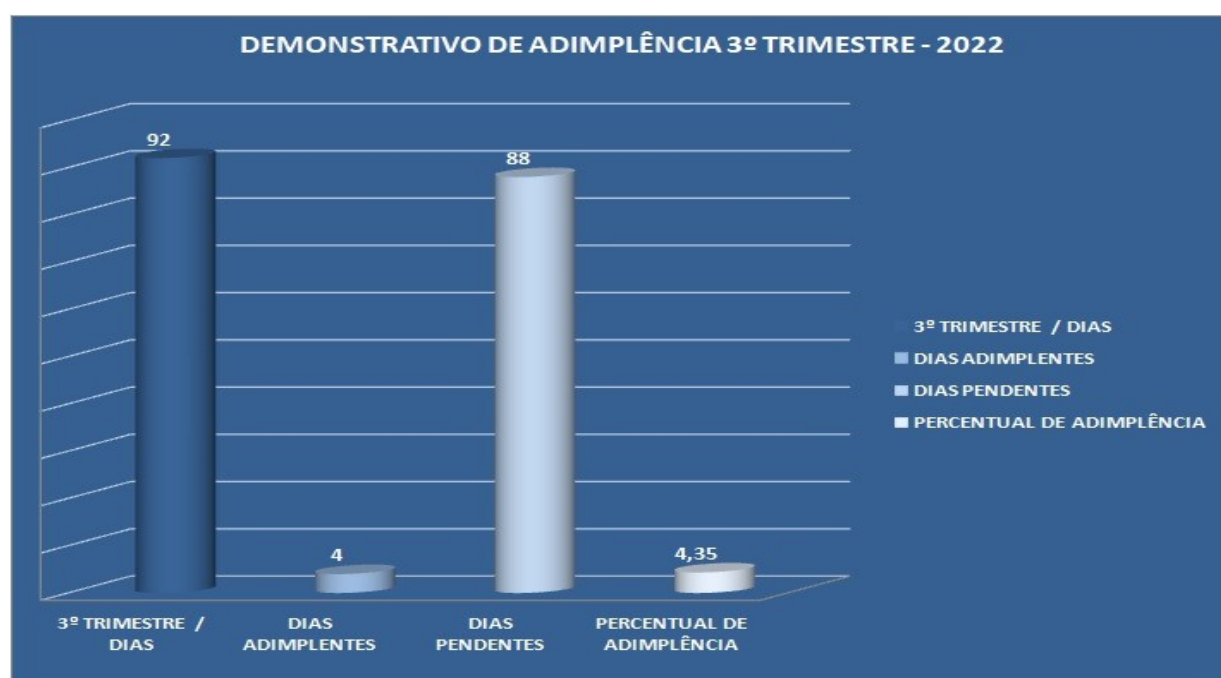


Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022



Por sua vez, em relação ao acompanhamento diário dos relatórios extraídos do CAUC/STN, torna-se possível observar a regularidade fiscal da **Administração Direta e Indireta do Poder Executivo**, bem como a dos Poderes Judiciário, Legislativo e do TCE, e ainda dos Órgãos essenciais à Justiça: Ministério Público do Estado - MPE e da Defensoria Pública do Estado - DPE/SE.

Para constatar o acompanhamento dessas pendências, força se faz observar o comportamento dos Órgãos e das Entidades no terceiro trimestre deste ano, conforme retratam a representação gráfica e o quadro demonstrativo abaixo:





Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

DEMONSTRATIVO DA REGULARIDADE ESTADUAL NO 3º TRIMESTRE - 2022			
JULHO			
DESCRIÇÃO PENDÊNCIAS	ORGÃOS		DIAS PENDENTES
	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	
1.1 – REGULARIDADE QUANTO A TRIBUTOS, A CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.		COHIDRO	31
		DER	
		EMDAGRO	
		EMGETIS	
		HEMOLACEN / FSPH	
		PRONESE	
1.5 - REGULARIDADE PERANTE O PODER PÚBLICO FEDERAL		CODISE	
		DER	
		EMGETIS	
AUSÊNCIA DE GFIP – RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL – RFB	SEAGRI		
	SEDUC		
AGOSTO			
DESCRIÇÃO PENDÊNCIAS	ORGÃOS		DIAS PENDENTES
	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	
1.1 – REGULARIDADE QUANTO A TRIBUTOS, A CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.		CEHOP	31
		CODISE	
		DETRAN	
		EMGETIS	
		FHS	
		FUNESA	
		FSPH	
		HEMOLACEN	
		FUNDAÇÃO RENASCER	
1.3 - REGULARIDADE QUANTO CONTRIBUIÇÕES DO FGTS		FHS	
1.5 - REGULARIDADE PERANTE O PODER PÚBLICO FEDERAL	SEJUC	CEHOP	
		DER	
		EMGETIS	
		EMDAGRO	
		FHS	
3.2.3 ENCAMINHAMENTO DO RREO AO SIOPE	SEDUC		
DIVERGÊNCIA DE GFIP – RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL – RFB	ALESE		
	TCE		
	TJ		
DITR - AUSÊNCIA DE DECLARAÇÃO RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL	SEAD		
AUSÊNCIA DE GFIP – RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL – RFB	SEAGRI		
	SEDURBS		
SETEMBRO			
DESCRIÇÃO PENDÊNCIAS	ORGÃOS		DIAS PENDENTES
	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	
1.3 - CONTRTIBUIÇÕES PARA O FGTS		FHS	26
1.5 - REGULARIDADE PERANTE O PODER PÚBLICO FEDERAL	FUNCEP	CEHOP	
		DER	
		EMDAGRO	
		EMGETIS	
		FHS	
CP - PATRONAL	HPM		
DIVERGÊNCIA DE GFIP – RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL – RFB	SES		
	ALESE		
	TCE		
TOTAL			88



Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

Nesse contexto, saliente-se que o Núcleo de Acompanhamento da Regularidade Fiscal da Secretaria de Estado da Transparência e Controle - NARF/SETC criou o **Índice de aferição da Regularidade** dos Órgãos da **Administração Direta e das Entidades que compõem a Indireta**, cujo objetivo visa demonstrar, diariamente, em tempo real, a quantidade de dias em que determinado Órgão ou definida Entidade permaneceu em situação de irregularidade.

A utilização dessa metodologia permite atribuir a esses Órgãos ou a tais Entidades um percentual relacionado aos dias que compuseram os meses de julho, agosto e setembro de 2022.

Para melhor ilustrar a aplicação desse método, eis, na sequência, o **Índice de Regularidade** do terceiro trimestre de 2022, com os respectivos números acumulados nos meses anteriores.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

GOVERNO DE SERGIPE						Referência
SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - SETC						30/9/2022
ÍNDICE ANUAL DE REGULARIDADE - 2021						31/12/2021
Nº ORDEM	ÓRGÃOS	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	Nº / DIAS	Nº DIAS REGULARES	Nº DIAS IRREGULAR	% ÍNDICE REGULARIDADE
1	CBM	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SERGIPE	273	273		100,00
2	HPM	HOSPITAL DA POLÍCIA MILITAR DE SERGIPE		271	2	99,27
3	SETC	SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE		273		100,00
4	DPE	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE		238	35	87,18
5	MP/SE	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE		273		100,00
6	PGE	PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO		247	26	90,48
7	PM / SE	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SERGIPE		273		100,00
8	SEAGRI	SECRETARIA DE EST. DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL		195	78	71,43
9	SECOM	SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL		273		100,00
10	SEDETEC	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA		273		100,00
11	SEDUC	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE E DA CULTURA		212	61	77,66
12	SEFAZ	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA		248	25	90,84
13	SEGG	SECRETARIA DE ESTADO GERAL DE GOVERNO		273		100,00
14	SEIAS	SECRETARIA DE ESTADO DA INCLUSÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO		196	77	71,79
15	SEDURBS	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTABILIDADE		258	15	94,51
16	SEJUC	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DE DEFESA AO CONSUMIDOR		166	107	60,81
17	SEAD	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO		201	72	73,63
18	SES	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE		196	77	71,79
19	SETUR	SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO		273		100,00
20	SSP	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA		273		100,00
21	VG	VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO		273		100,00
22	ALESE	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA		97	176	35,53
23	TCE	TRIBUNAL DE CONTAS		179	94	65,57
24	TJ	TRIBUNAL DE JUSTIÇA		207	66	75,82



Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

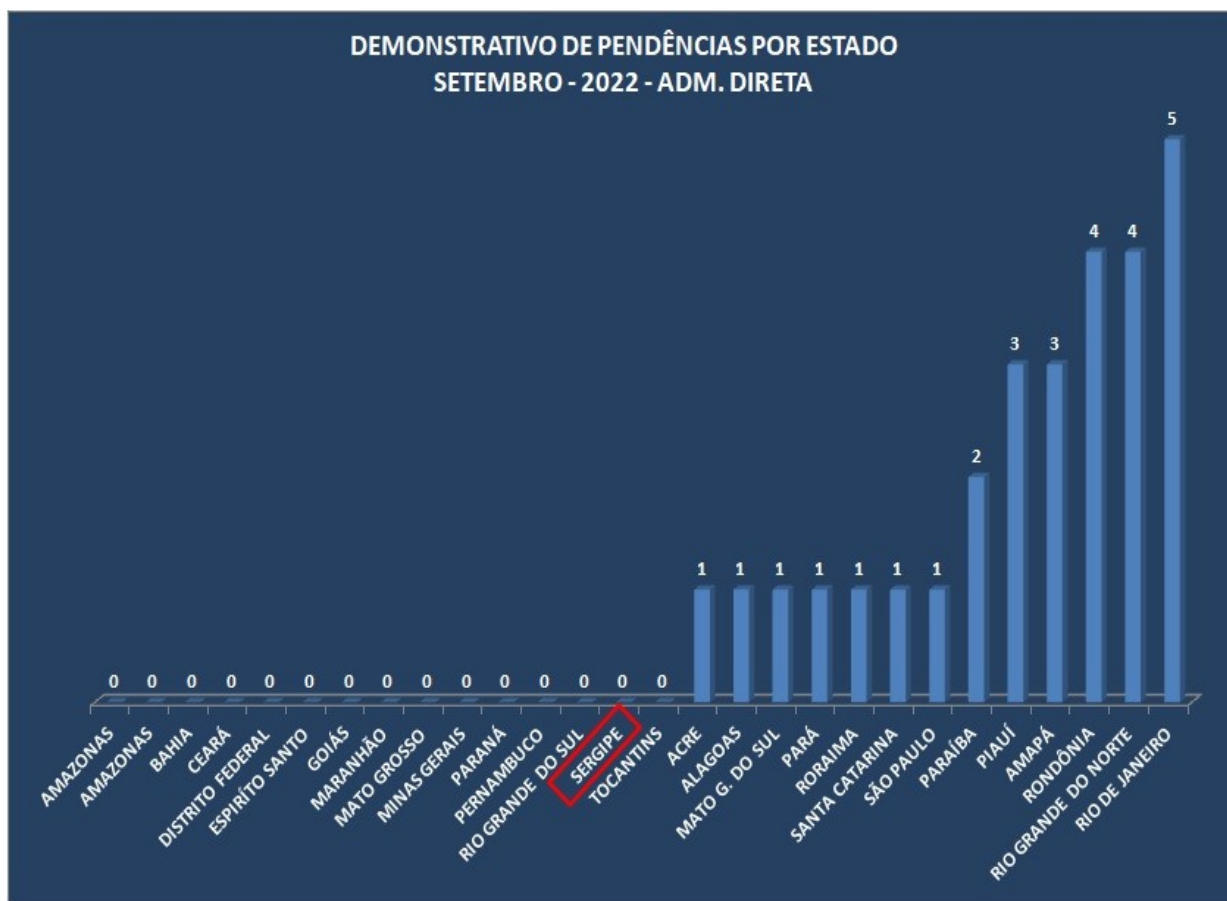
GOVERNO DE SERGIPE						Referência
SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - SETC						30/9/2022
ÍNDICE ANUAL DE REGULARIDADE - 2021						31/12/2021
Nº ORDEM	SIGLA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	Nº DIAS	Nº DIAS REGULARES	Nº DIAS IRREGULAR	% ÍNDICE REGULARIDADE
1	ADEMA	ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	273	273		100,00
2	AGRESE	AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DO ESTADO DE SERGIPE		259	14	94,87
3	BANESE	BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.		238	35	87,18
4	CEHOP	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS		64	209	23,44
5	CODISE	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SERGIPE		101	172	37,00
6	COHIDRO	COMPANHIA DE DESENV. DE RECURSOS HÍDRICOS DE SERGIPE		265	8	97,07
7	DEPEC	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL		273		100,00
8	DER	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE SERGIPE		46	227	16,85
9	DESO	CIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE S.A		264	9	96,70
10	DETRAN	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO		203	70	74,36
11	EMDAGRO	EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE SERGIPE		68	205	24,91
12	EMGETIS	EMPRESA SERGIPANA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		19	254	6,96
13	EMSETUR	EMPRESA SERGIPANA DE TURISMO		273		100,00
14	FAPITEC/SE	FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA E A INOVAÇÃO TECNOLÓGICO/SE		173	100	63,37
15	FHS	FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE		172	101	63,00
16	FSPH	FUNDAÇÃO DE SAÚDE PARREIRAS HORTA		270	3	98,90
17	FUNCAP	FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTE APERIPÊ DE SERGIPE		259	14	94,87
18	FUNESA	FUNDAÇÃO ESTADUAL DE SAÚDE		270	3	98,90
19	HEMOLACEN	INSTITUTO DE HEMOTERAPIA E DE ATIVIDADES DE LABORATÓRIO CENTRAL		247	26	90,48
20	IPESAÚDE	INSTITUTO DE PROM E DE ASSIST A SAÚDE DE SERV DO ESTADO DE SERGIPE		122	151	44,69
21	IPES PREVIDENCIA	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. DO ESTADO DE SERGIPE		259	14	94,87
22	ITPS	INSTITUTO TECNOLÓGICO E DE PESQUISAS DO ESTADO DE SERGIPE		273		100,00
23	JUCESE	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SERGIPE		273		100,00
24	PRONESE	EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ESTADO DE SERGIPE		244	29	89,38
25	RENASCER	FUNDAÇÃO RENASCER DO ESTADO DE SERGIPE		216	57	79,12
26	SEGRASE	SERVIÇOS GRÁFICOS SERGIPE		273		100,00
27	SERGÁS	SERGIPE ENERGIAS RENOVÁVEIS E GÁS S.A.		273		100,00
28	SERGIPE PREVIDENCIA	INST DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. DO ESTADO DE SERGIPE		258	15	94,51



Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

Registre-se que, no terceiro trimestre de 2022, os maiores registros de inadimplência observados, no âmbito do Poder Executivo, especificamente na Administração Direta, verificaram-se na SEJUC (107), SEAGRI (78), SEIAS (73), SEAD (72) e SES (77). Ao passo que, no Poder Legislativo, a ALESE pontuou por 176 e o TCE (94) vezes. Por outra banda, na Administração Indireta, essa ocorrência se verificou nas seguintes Entidades: CEHOP (209), CODISE (172), DER/SE (227), EMDAGRO (205), EMGETIS (254), FAPITEC (100) e IPESAÚDE (151), conforme restou demonstrado anteriormente no quadro acima exposto.

Na sequência, a representação gráfica apresenta o demonstrativo da regularidade fiscal na qual se revela a destacada situação do Estado de Sergipe no cenário nacional.



Fonte: CAUC/STN

Ao olhar atentamente esse gráfico, observa-se a regularidade dos demais Estados do Brasil e, logo se percebe que o desdobramento em várias frentes de atuação, tanto interna como externamente, para que o Estado de Sergipe pudesse ostentar destacada posição.



Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

Nesse cenário, o trabalho realizado por meio dos insistentes e oportunos contatos estabelecidos com os Órgãos Estatais, outros Poderes constituídos, e, principalmente, com os técnicos da Receita Federal do Brasil - RFB.

Por oportuno, ressalte-se que o Estado de Sergipe se encontra, no momento, amparado por medidas liminares, inclusive a relacionada ao Convênio Federal nº. 777.189/2012, envolvendo a Fundação Palmares/MEC.

À luz do quadro acima apresentado, nota-se que a SETC continuou realizando ativamente o trabalho de acompanhamento e monitoramento diário da regularidade dos Órgãos e das Entidades do Estado de Sergipe, além de promover ações preventivas com o objetivo de manter a Regularidade Estadual, evitando, dessa forma, que o Estado de Sergipe ficasse impedido de receber os recursos que são essencialmente necessários, e imprescindíveis, para manutenção e ampliação das políticas públicas, bem como se tornasse apto a celebrar convênios, receber recursos oriundos da União, a exemplo das transferências voluntárias, firmar contratos e outros instrumentos congêneres.

Na prática, o trabalho ganha relevo do ponto de vista interno e externamente: primeiramente, no seio da Administração Estadual, quando se obtém a renovação da Certidão Negativa de Débitos - CND e, ainda, no exato momento em que determinado Órgão ou certa Entidade pretende celebrar convênios, firmar contratos, ou ainda quando o Estado está prestes a receber repasses da União; o segundo, no plano externo, é possível ser visto pelas realizações de obras e prestações de serviços prestados pelo Governo à população sergipana, pois graças à regularidade fiscal os recursos podem ser obtidos e os serviços contratados pelo Governo do Estado de Sergipe.

2.3 AÇÕES DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL

A Auditoria Governamental é a atividade de controle interno que tem por finalidade avaliar os controles internos administrativos dos Órgãos e das Entidades jurisdicionados, examinar a legalidade, legitimidade e avaliar os resultados da gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da aplicação de recursos públicos por pessoas físicas e jurídicas.

Nesse sentido, a Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC realizou, no terceiro trimestre de 2022, diversas ações de auditoria com o objetivo de cumprir a sua missão institucional, cujos resultados estão sintetizados a seguir:

**Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022**

2.3.1 FISCALIZAÇÃO DAS CONCILIAÇÕES BANCÁRIAS DAS UNIDADES GESTORAS

A partir do terceiro trimestre do exercício de 2022, iniciou-se o acompanhamento e fiscalização das conciliações bancárias de todas as Unidades Gestoras do Executivo Estadual. Por meio de ferramenta disponibilizada no sistema i-Gesp, “Relatório Gerencial de Conciliação Bancária”, o Núcleo de Fiscalização e Auditoria – NFA vem acompanhamento a utilização da Conciliação Bancária no sistema contábil do Estado de Sergipe. Tal ferramenta proporciona a exatidão no confronto dos saldos das contas bancárias com os saldos registrados na contabilidade, de forma que as informações estejam transparentes e que sejam apresentadas corretamente nas Prestações de Contas Anuais.

2.3.2 TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

A Tomada de Contas Especial é um processo, com rito próprio, em que se analisa, inicialmente, a regularidade na guarda do patrimônio público e aplicação deste, posteriormente, caso verificada a existência de danos ao erário, registrada a data de ocorrência do fato e a identificação dos responsáveis, assegurando ao processo, os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Além das fiscalizações realizadas, a Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, em conjunto com a Procuradoria-Geral do Estado - PGE, Secretaria de Estado da Inclusão e Assistência Social – SEIAS, Secretaria de Estado da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e da Pesca e da Fundação de Cultura e Arte Aperipê de Sergipe - FUNCAP, participa da TCE – Tomada de Contas Especial para apurar responsabilidades por possível ocorrência de dano à administração pública e a obtenção do respectivo ressarcimento, constantes da relação a seguir:

TOMADA DE CONTA ESPECIAL - EM ANDAMENTO:

1. Tomada de Contas Especial, Convênio SICONV nº 77189/2012 firmado entre a Fundação Cultural Palmares e a então Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania - SEDHUC, Portaria Conjunta SEIAS/SETC/PGE nº 14/2020 de 17/12/2020, publicada no DOE nº 28.571 no dia 21/12/2020.

Representante da SETC – Rita de Cácia Souza Melo.



Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

2. Tomada de Contas Especial, Projeto Dom Távora, Associação Comunitária de Agricultores e Trabalhadores Rurais do Povoado Saco de Areia e Adjacências, Associação Comunitária Agrícola do Povoado Guedes, Associação Comunitária dos Produtores Miguel Cardoso, Associação Comunitária do Povoado Arranhento, Portaria Conjunta Nº 19/2021/SETC/PGE/SEAGRI, publicada no DOE nº 28.715 em 23 de julho de 2021.

Representante da SETC – Hélio Sabino José Ribeiro Chaves.

2.4 TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

2.4.1 TRANSPARÊNCIA ATIVA

Com o objetivo de ampliar cada vez mais a Transparência Ativa da Gestão Governamental, o Governo de Sergipe promove, continuamente, a inserção de novos conteúdos de informações dos atos e fatos da Administração Estadual, disponibilizados no **Portal da Transparência de Sergipe**, no endereço eletrônico: www.transparencia.se.gov.br, em cumprimento as determinações legais, em especial à Lei Complementar Federal nº.131, de 27 de maio de 2009.



2.4.2 TRANSPARÊNCIA PASSIVA

Com o advento da Lei de Acesso à Informação – Lei Federal nº. 12.527/2011, que entrou em vigor em 16 de maio de 2012, a SETC/SE vem acompanhando, diariamente, o atendimento dos pedidos de informações apresentados aos Órgãos e às Entidades da Administração Estadual, por meio do Serviço Eletrônico de Atendimento ao Cidadão (e-Sic), com o objetivo de proteger a gestão estadual e, por outro lado, assegurar a prevalência do interesse público, garantindo o livre acesso às informações demandadas pela sociedade.



2.4.3 MONITORAMENTO DOS PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA ESTADUAIS

A Secretaria de Estado da Transparência e Controle – SETC, por meio do Núcleo de Modernização e Tecnologia – NMT, planeja, executa, acompanha e propõe soluções modernas na área de Tecnologia da Informação para avaliações e monitoramento dos Portais de Transparência dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo do Estado de Sergipe.

A Área de Avaliação e Monitoramento de Portais da Transparência tem a responsabilidade de acompanhar e monitorar todos os portais de transparência dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo, com o objetivo de ampliar e melhorar a disponibilidade das informações ofertadas à sociedade e consequentemente atingindo a excelência na prestação do serviço.



Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

ENDEREÇOS DOS PORTAIS

SECRETARIAS DIRETA E INDIRETA	ENDEREÇOS ELETRÔNICO DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA
ADEMA - Administração Estadual do Meio Ambiente	www.adema.se.gov.br
AGRESE - Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe	www.agrese.se.gov.br
BANESE - Banco do Estado de Sergipe	www.banese.com.br
CEHOP - Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas	www.cephop.se.gov.br
COHIDRO - Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe	www.cohidro.se.gov.br
COOISE - Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe	www.cooise.se.gov.br
CBM - Corpo de Bombeiros	www.cbm.se.gov.br
DPE - Defensoria Pública do Estado de Sergipe	www.defensoria.se.def.br
DEPEC - Defesa Civil do Estado de Sergipe	www.defesacivil.se.gov.br/
DER - Departamento Estadual da Infra-estrutura Rodoviária	www.der.se.gov.br
DESD - Departamento de Saneamento de Sergipe	www.deso-se.com.br
DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito de Sergipe	www.detrans.gov.br
EMDAGRO - Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe	www.emdagro.se.gov.br
EMGETIS - Empresa Sergipana de Tecnologia da Informação	www.emgetis.se.gov.br
FAPITEC - Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe	Www.fapitec.se.gov.br/
FSPH - Fundação de Saúde Parreiras Horta	www.fsph.se.gov.br/
FUNCAP - Fundação Aperipê	www.funcap.se.gov.br
FUNESA - Fundação Estadual de Saúde	www.funesa.se.gov.br
SERGPREV - Sergipe Previdência	www.sergipeprevidencia.se.gov.br
IPES SAÚDE - Plano de assistência à Saúde do estado de Sergipe	www.ipesaude.se.gov.br
ITPS - Instituto Tecnológico e de Pesquisas do Estado de Sergipe	www.itps.se.gov.br
HPM-SE	www.hpm.se.gov.br
PGE - Procuradoria Geral do Estado	www.pge.se.gov.br/
PM - Polícia Militar do Estado	www.pm.se.gov.br/
PRONESE - Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe	www.pronese.se.gov.br/
RENASCER - Fundação Renascer	www.renascere.gov.br
SEAGRI - Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca	www.seagri.se.gov.br/
SEGS - Secretaria de Estado Geral de Governo	www.seggs.gov.br
SECOM - Secretaria de Estado da Comunicação Social	www.agencia.se.gov.br
SETC - Secretaria de Estado da Transparência e Controle	www.setc.se.gov.br
SES - Secretaria da saúde	www.saude.se.gov.br
SETUR - Secretaria de turismo	www.turismo.se.gov.br
SEDETC - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia	www.sedetec.se.gov.br
SEDEC - Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura	www.seduc.se.gov.br/
SEFAZ - Secretaria de Estado da Fazenda	www.sefaz.se.gov.br/
SEGRASE - Serviços Gráficos de Sergipe	www.segrase.se.gov.br
SEIT - Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência Social e do Trabalho	www.seit.se.gov.br
SEDURBS - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade	www.sedurbs.se.gov.br
SEJUC - Secretaria de Estado da Justiça e de Defesa ao Consumidor	www.sejuc.se.gov.br
SEAD - Secretaria de Estado da Administração	www.sead.se.gov.br
SERGÁS - Sergipe Gás	www.sergipegas.com.br
SSP - Secretaria de Segurança Pública	www.ssp.se.gov.br/
VGE - Vice Governadoria	www.vicegovernadoria.se.gov.br



Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

A SETC realiza constantes reuniões com os responsáveis pelos portais de transparência, com o intuito de orientá-los quanto à padronização do sítio e dirimir as eventuais dúvidas quanto à origem e confiabilidade das informações disponibilizadas.

A seguir, serão apresentados os resultados das avaliações realizadas pela SETC nos meses de janeiro/2022 a agosto/2022:

AVALIAÇÃO DOS PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA DAS UG'S EM 2022 – MENSAL								
ÓRGÃOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO
ADEMA	4,5	4,5	4,5	8	8,4	10	10	10
AGRESE	8,5	6,9	8,5	9,2	7,8	8,9	9,1	9,3
BANESE	9	7,6	9,1	9,1	7,2	7,7	8,1	8,1
CEHOP	10	10	10	10	10	10	10	10
CODISE	10	10	10	9,4	7	9,7	9,2	9,1
COHIDRO	9,3	9,3	8,9	8,5	9,2	9,6	9,6	9,6
CBM	6,8	9,1	9,3	8,9	9,3	9,3	9,3	9,3
DEF. CIVIL	9,9	9	9	9	5,8	6,1	10	10
DER	9,2	9,4	8,8	8,9	9,2	9,1	9,3	9,3
DESO	8,5	9	9	9	8,4	8,8	8,7	9
DETRAN	9	9,3	9,2	9,8	10	10	10	9,3
EMDAGRO	8,4	9,6	9,2	9,8	10	9,6	9,6	9,8
EMGETIS	9,5	9,5	9,1	9,8	10	10	10	10
EMSETUR	9,8	9,8	8,8	9,8	9	9,9	9,6	9,6
FAPITEC	9,8	9,8	10	9,7	9,6	9,6	9,6	10
FSPH	9,1	9,3	8,3	8,3	8,9	9	7,6	7,6
FUNCAP	8,7	8,5	9,4	8,7	4,8	8,1	8,5	8,5
RENASCER	9,3	9,3	8	9,3	8,3	9,3	9,2	9,2
FUNESA	8,7	8,7	9,1	9,1	9,4	9,9	10	10
HPM	8,4	9	9,1	8	9,3	9,5	10	10
IPESAÚDE	9,8	9,8	9,8	9,8	7,8	10	10	10
ITPS	9,3	8,6	9,7	9,3	8,1	9,8	8,4	8,4
JUCESE	9,8	9,7	10	10	9,7	9,3	9,6	9,6
PM	7,8	8,9	8,9	8,9	8,9	9,1	9,6	9,1
PGE	10	10	10	10	10	10	10	10
PRONESE	9,8	9,7	9,8	9,8	8,2	8	9,8	9,8
SEAD	10	10	9,5	10	10	10	10	10
SEAGRI	9,9	10	10	10	10	10	10	10
SEDETEC	10	10	10	10	10	10	10	10
SEDUC	9,3	8,7	8,8	8,4	9	8,8	6,3	6,3
SEDURBS	9,8	10	10	10	10	10	10	10
SEFAZ	8,3	9,7	9,6	9,8	9,9	10	9,2	9,8
SEGG	9,2	9,9	8,6	9,9	8	9,9	10	10
SEGRASE	3,9	8	5,7	5,7	6,3	6,2	9	9
SEIAS	10	9	9,6	10	8,5	6,5	7,7	7,7
SEJUC	9,5	10	10	10	10	9,8	10	10
SERGÁS	8,2	8,5	8,2	8,2	5,6	8,6	8,6	8,6
S.PREV	9	9,5	7,9	9	8,4	9,4	8	8
SES	9,5	9,8	9,6	9,8	9,6	9,4	9,4	9,4
SETC	10	10	10	10	10	10	10	10
SETUR	10	10	10	10	10	10	10	10
SSP	9,7	10	10	10	10	10	9,8	10
VGE	7,5	9,3	8	8	9	7,8	10	10
DPE	9	9	9	9	10	9	9,8	9,1
MÉDIA GERAL	8,99	9,22	9,09	9,27	8,83	9,22	9,38	9,38



2.5 OUVIDORIA-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE

2.5.1 APRESENTAÇÃO

A Ouvidoria-Geral do Estado - OGE, órgão da Estrutura Administrativa do Estado de Sergipe, criada pela Lei nº 8.496, de 28 de dezembro de 2018, subordinada diretamente ao Secretário de Estado da Transparência e Controle, e ao Governador do Estado, tem por finalidade, com vistas à promoção do exercício da cidadania, receber, encaminhar e acompanhar manifestações, sugestões, reclamações e denúncias dos cidadãos relativas à prestação de serviços públicos em geral, em obediência ao Decreto Governamental Nº 40.370 de 30 de abril de 2019, e pedidos de Acesso à Informação, na forma da Lei (Federal) nº 12.527/2011 e demais normas regulamentares, assim como recomendar ações e medidas administrativas e legais contra o exercício negligente ou abusivo de cargos, empregos e funções do Poder Executivo Estadual, sem prejuízo das competências específicas de outros órgãos integrantes da Administração.

O Relatório Estatístico de Atendimentos da OGE, Órgão gerenciador da Rede de Ouvidorias do Poder Executivo Estadual, é um importante instrumento para o acompanhamento das ações e serviços prestados pelo Governo do Estado de Sergipe.

Todas as informações contidas neste relatório são oriundas das manifestações apresentadas às ouvidorias setoriais dos órgãos/entidades que compõem a referida Rede. O relatório tem como base de referência a análise estatística das manifestações registradas através do Sistema SE-OUV.

Atualmente a Rede de Ouvidorias é composta por 45 unidades de ouvidorias setoriais, que representam 100% dos órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual.

Este relatório, portanto, sintetiza a almejada transparência da Administração Pública, oferecendo informações estratégicas para os gestores e dados objetivos para o controle social e o incentivo à participação popular, favorecendo a prática de uma gestão democrática, na medida em que dá significado e valor a cada manifestação registrada, tomada como contribuição para a melhoria de adoção de políticas públicas e qualificação da prestação de serviços.

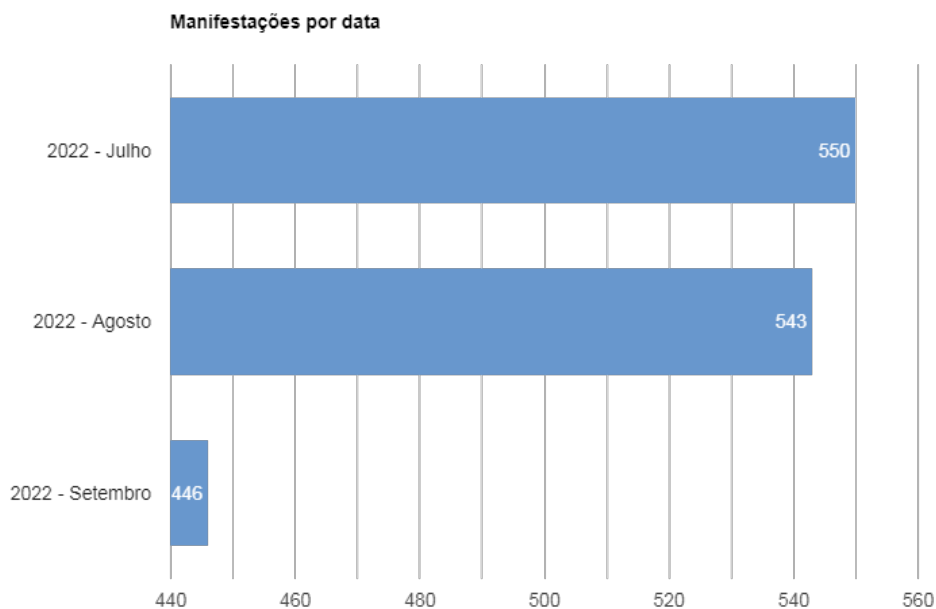
Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

2.5.2 ATIVIDADES DESEMPENHADAS

O presente relatório apresenta gráficos relacionados aos atendimentos realizados pela Rede de Ouvidorias do Poder Executivo Estadual, que utilizam o Sistema SE-OUV como ferramenta de comunicação oficial para o recebimento das manifestações de ouvidoria e dos pedidos de Acesso à Informação/LAI, demandados pelos cidadãos/usuários.

Gráfico 1 – Manifestações por mês

O **gráfico 1** apresenta o número de manifestações por mês. Entre os dias 01 de julho a 30 de setembro do corrente, os cidadãos/usuários registraram **1.539 manifestações** junto ao Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Estadual (SE-OUV). No mês de julho foram realizados **550** demandas, em agosto **543**, e em setembro **446** manifestações.



Fonte: Sistema SE-OUV

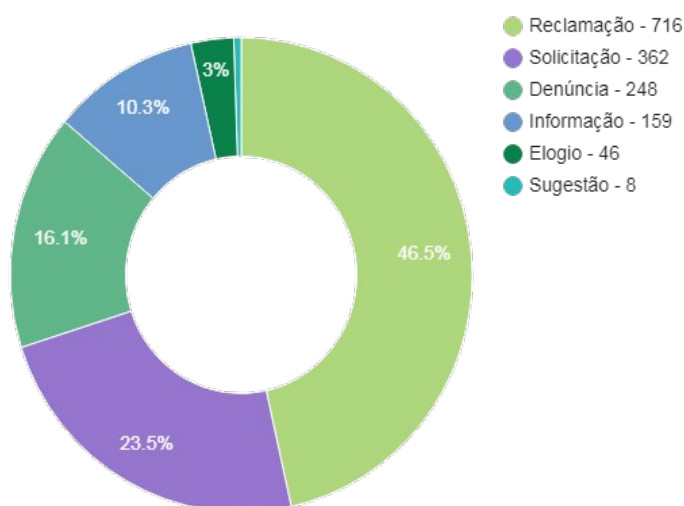
Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

Gráfico 2 – Por Tipo de Manifestação

Conforme o **gráfico 2**, a tipologia que apresentou o maior número de manifestações entre 01 de julho a 30 de setembro foram as reclamações com **716** registros, representando (46.5%) das demandas.

Com relação as outras tipologias, foram realizadas **362** solicitações que representaram (23.5%), **248** denúncias (16.1%), **159** pedidos de Acesso à Informação/LAI (10.3%), **8** sugestões (0.5%) e **45** elogios (3%).

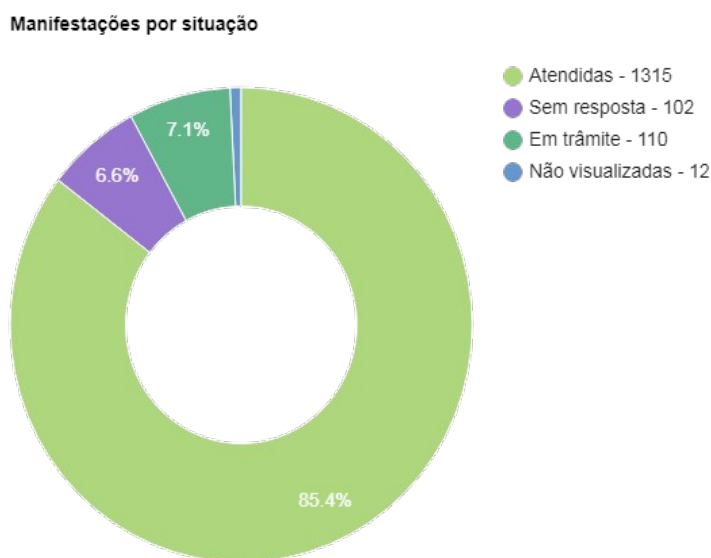
Manifestações por tipo



Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

Gráfico 3 – Por Situação da Manifestação

Com relação aos atendimentos das manifestações, o **gráfico 3** aponta que os cidadãos/usuários realizaram **1.539** manifestações, dessas, **1.315** apresentam o status de Atendidas, representando (85.4%) de resolutividade nos atendimentos, **102** estão com status Sem Resposta (6.2%), **110** dessas manifestações encontram-se com status Em Trâmite (7.1%), e **12** delas ainda com status de Não Visualizadas pelos órgãos/entidades (1.6%).



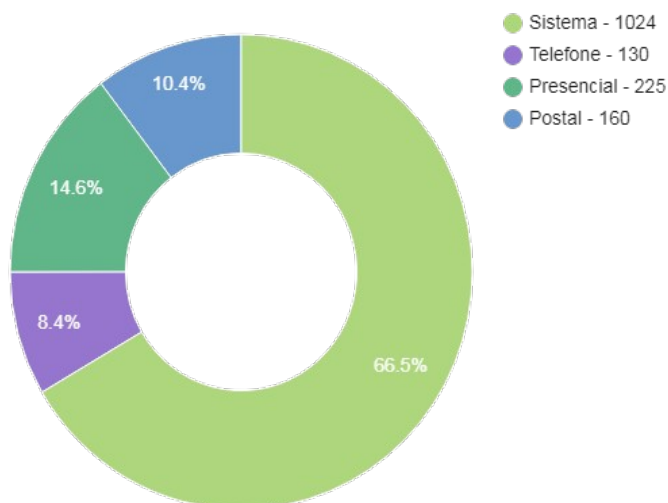


Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

Gráfico 4 – Por Canal de Atendimento

Conforme se apresenta no **gráfico 4**, o canal de atendimento mais utilizado pelos cidadãos/usuários foi a Internet. **1.024** manifestantes realizaram cadastro no sistema SE-OUV para envio de suas manifestações, representando (66.5%) dos atendimentos de ouvidoria. **130** cidadãos realizaram suas manifestações através do telefone, o que representa (8.4%) dos atendimentos. **225** atendimentos foram realizados presencialmente (14.6%), e **160** atendimentos foram realizados através de meio postal (10.4%).

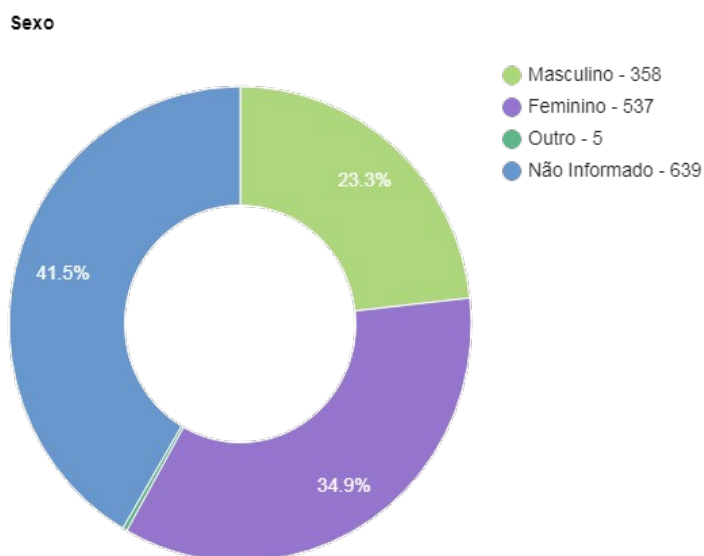
Manifestações por canal de atendimento



Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

Gráfico 5 – Por Gênero

Quanto ao perfil dos manifestantes por gênero, o **gráfico 5** mostra que **358** manifestações foram realizadas por cidadãos/usuários do gênero Masculino, o que representa (23.3%) do público. **537** manifestações foram registradas pelo gênero Feminino, representando (34.9%) das manifestações. **639** manifestações foram realizadas por público Não informado, o que representa (41.5%) dos registros, e **5** demandas foram realizadas por pessoa física opção Outro, que equivale a (0.3%).

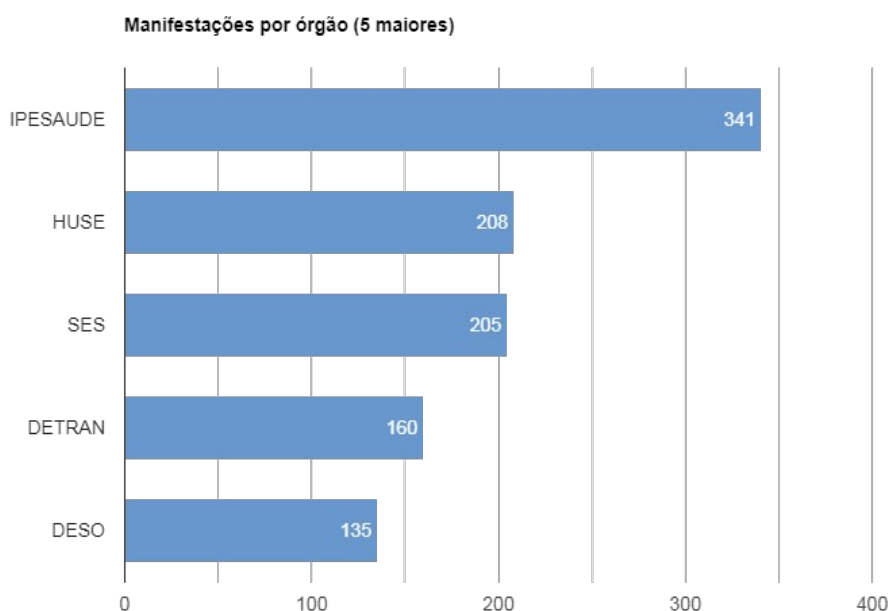




Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

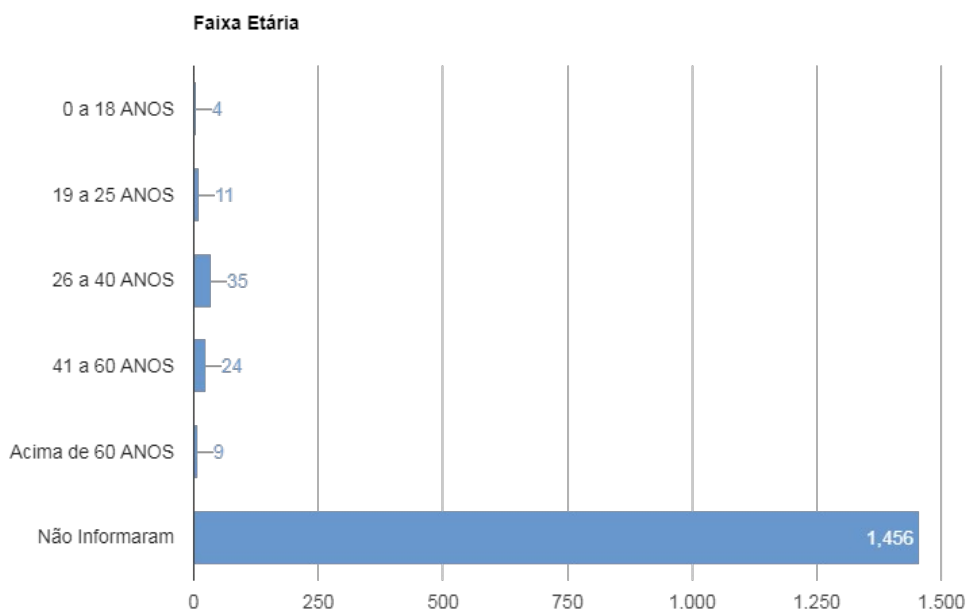
Gráfico 6 – Por Órgão/Entidade

No **gráfico 6**, estão representados os órgãos/entidades que foram mais demandados nos meses de julho a setembro deste ano. Os 5 (cinco) órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual que mais registraram manifestações foram: O IPESAÚDE com **341** das manifestações, o HUSE com **208**, a SES com **205** dos registros, o DETRAN com **160**, e a DESO com **135** manifestações.



**Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022****Gráfico 7 – Por Faixa etária**

Quanto à faixa etária dos manifestantes, o **gráfico 7** mostra que **1.456** usuários preferiram não informar a idade. Dos usuários que informaram, **4** tinham idade entre (0 a 18 anos), **11** de (19 a 25 anos), **35** manifestantes tinham de (26 a 40 anos), **24** de (41 a 60 anos) e **9** dos manifestantes estão acima dos (60 anos).

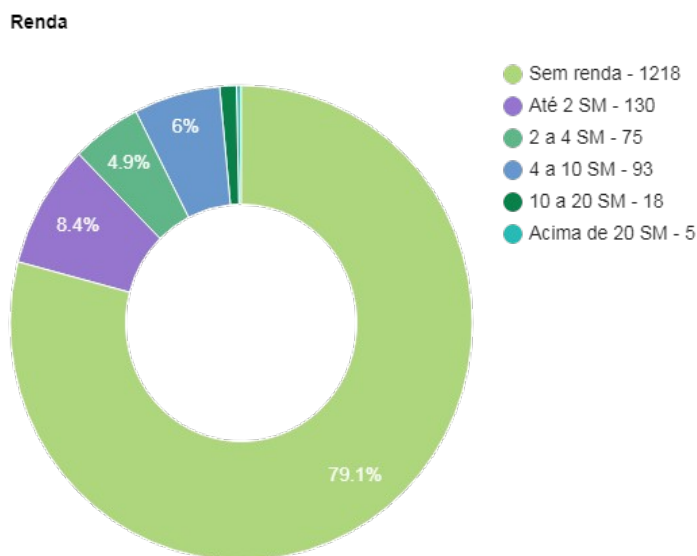




Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

Gráfico 8 – Por Renda

Com relação a renda dos manifestantes, o **gráfico 8** mostra que, **1.218** dos usuários declararam não possuir renda, o que equivale a (79.1%) dos manifestantes. **130** informaram receber até dois salários (8.4%), **75** recebem de dois a quatro salários (4.9%), **93** recebem de quatro a dez salários (6%), **18** informaram receber de dez a vinte salários (1.2%) e **5** recebem acima de vinte salários-mínimos (0.3%).

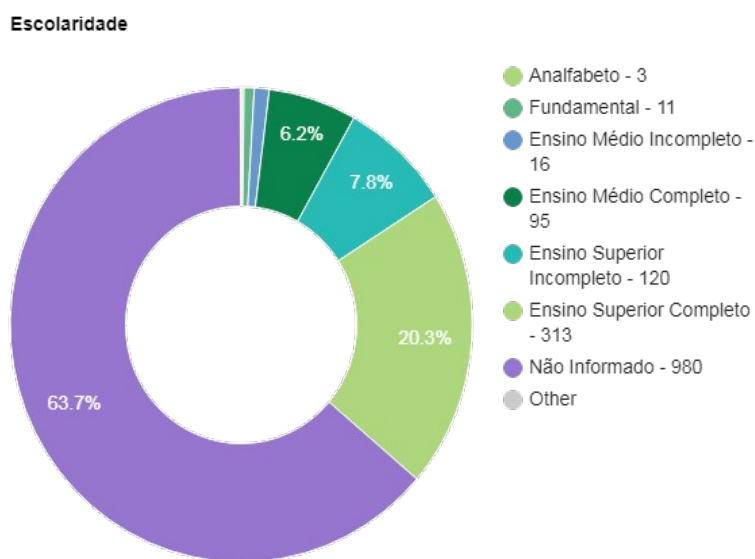




Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

Gráfico 9 – Por Nível de Escolaridade

O **gráfico 9** demonstra o nível de escolaridade dos cidadãos/usuários que utilizaram a Rede de Ouvidorias do Poder Executivo Estadual. **980** dos manifestantes não informaram sua escolaridade, o que representa (63.7%). Observa-se, no gráfico abaixo, que o público que informou seu nível de escolaridade, prevalecem os usuários com Ensino Superior Completo com **313** registros (20.3%), com Ensino Superior Incompleto são **120** (7.8%), Ensino Médio Completo foram **95** (6.2%), Ensino Médio Incompleto foram **16** (1%), Ensino Fundamental foram **11** (0.7%) e analfabetos **3** (0.2%).

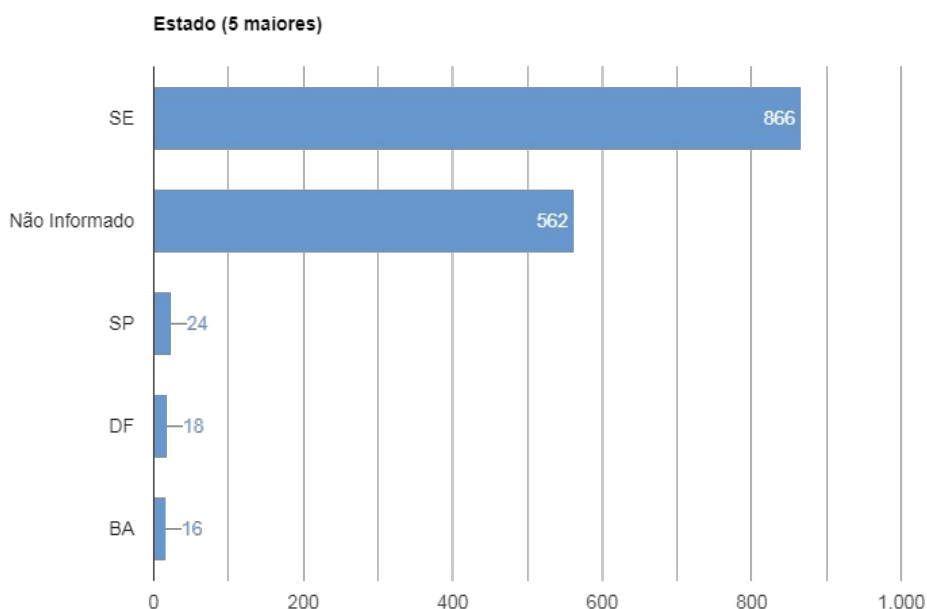




Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

Gráfico 10 – Por Ente Federativo

O **gráfico 10** apresenta os entes federativos que mais demandaram o Sistema SE-OUV. **866** dos manifestantes são do Estado de Sergipe, **562** preferiram não informar sua localização (*), **24** são oriundos de São Paulo, **18** são de Distrito Federal, e **16** do Estado da Bahia.

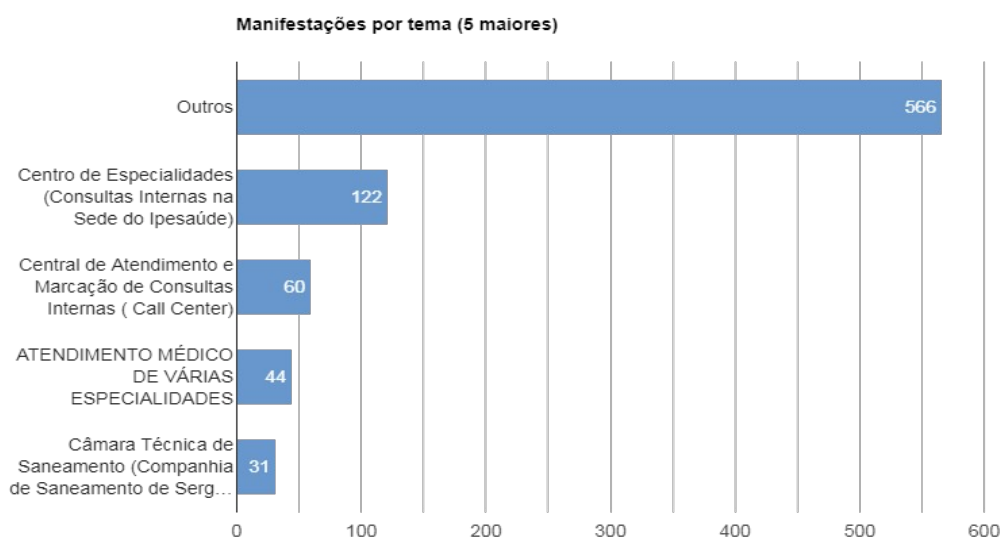


Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

Gráfico 11 – Por Tema (5 temas mais Demandados)

O **gráfico 11** revela os temas mais apontados pelos usuários. Observa-se que a opção **Outros** destaca-se com um quantitativo superior aos demais, pois no sistema não existe a obrigatoriedade do preenchimento do ‘Tema’, atendendo orientação do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe – TCE/SE.

A opção **Outros** aparece com **566** manifestações dos mais variados temas, seguida pelo tema: Centro de Especialidades com **122** manifestações do IPESAÚDE. Com **60** manifestações aparece o tema: Central de Atendimento e Marcação de Consultas do IPESAÚDE, com **44** registros aparece o tema: Atendimento Médico de Várias Especialidades, do HUSE, e com **31** manifestações a AGRESE com o tema Câmara Técnica de Saneamento.





2.6 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL

O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual é o funcionamento integrado dos Órgãos e Entidades através das Unidades Setoriais de Controle Interno, compreendidas em cada Órgão e Entidade, que atuarão exercendo as atividades de controle interno em suas respectivas Unidades Gestoras sob a coordenação técnica do Órgão Central de Controle. A atuação integrada e cooperadora da Rede que compõe a organização formam o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, visando reforçar o controle administrativo, supervisionando os atos e fatos da gestão, assegurando o atingimento dos planos, objetivos e metas de acordo com o planejado, otimizando a gestão e dando mais segurança jurídica ao gestor.

O Poder Executivo Estadual estabeleceu a Secretaria de Estado de Transparência e Controle – SETC como o Órgão Central de Controle Interno. Para tanto, a SETC, deve articular com o conjunto de Órgãos e Entidades, funções e atividades de forma integrada, para coordenar, orientar e desempenhar as atribuições de controle, formando o Sistema de Controle Interno do Executivo Estadual, conforme indicado na Constituição.

Neste sentido, a SETC definiu em seu planejamento estratégico, a seguinte diretriz: “Incrementar o sistema de controle interno do poder executivo estadual, implementando e desenvolvendo as Unidades Setoriais de Controle Interno - USCIs nos Órgãos e Entidades, para desempenhar as atividades e mecanismos de controle interno em cumprimento e determinação constitucional, consolidar o sistema de controle interno, promover o acompanhamento, orientação e avaliação das ações governamentais, melhorar o intercâmbio de informações, a efetividade das políticas públicas, transparência, proteção da gestão e do patrimônio público estadual”.

Além disso, coordenar a Rede através das Unidades Setoriais de Controle Interno – USCI, do Poder Executivo Estadual; das ações governamentais dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo do Estado de Sergipe; Monitorar os programas e ações da gestão governamental; Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos planos e programas de governo e dos orçamentos do Estado e os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; Exercer outras atividades técnicas inerentes ao Controle Interno, bem como as que lhe forem regularmente conferidas ou determinadas. Realizar



Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

atividades de auditoria operacional orientada segundo os objetivos institucionais, no âmbito dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual; Exercer outras atividades técnicas inerentes ao Controle Interno que regularmente lhe forem conferidas ou determinadas.

2.7 POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DO PODER EXECUTIVO

Por meio do Decreto Estadual nº 41.006, de 05 de outubro de 2021, foi instituída a Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais do Poder Executivo, que dispõe sobre o conjunto de diretrizes, projetos, ações e metas estratégicas, para a adequação dos atos de tratamento de dados pessoais realizados no âmbito da administração pública estadual direta e indireta do Poder Executivo Estadual, ressalvadas as entidades de direito privado que atuam em regime concorrencial, em conformidade com a Lei (Federal) nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais –LGPD.

O Decreto Estadual atribuiu o papel de encarregado central da política à Secretaria de Transparência e Controle–SETC, a qual providenciará plataforma tecnológica transversal para a governança dos dados pessoais no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional, de modo que se possa monitorar, de forma permanente e integrada, a conformidade de todos os órgãos e as entidades estaduais à LGPD.

Compete, ainda, a SETC, prestar apoio técnico para o desenvolvimento e manutenção do sistema eletrônico do canal de atendimento eletrônico, para a capacitação dos Encarregados no uso da ferramenta e para a emissão de relatórios gerenciais e de informações quando solicitado pelo Conselho de Governança da Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais – CGPEPDP.

No terceiro trimestre de 2022 o Encarregado Setorial da Política Estadual de Proteção de Dados juntamente com o Comitê Executivo da Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais da Secretaria de Estado da Transparência e Controle – SETC, confeccionaram o Programa de Governança em Privacidade – PGP a ser implementado na SETC.

O Programa de Governança em Privacidade – PGP dispõe sobre as etapas de iniciação e planejamento, construção e execução, e monitoramento.

A etapa de iniciação e planejamento contempla os seguintes temas: encarregado setorial; alinhamento de expectativas com a alta administração medidas de segurança; estrutura



Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

organizacional; plano de treinamentos e de conscientização; inventário de dados pessoais; e levantamento de contratos.

Já a etapa de construção e execução trata sobre: política e práticas para proteção da privacidade do cidadão; cultura de segurança e proteção de dados e privacy by design; relatório de impacto à proteção de dados; termo de uso e política de privacidade; e adequação de cláusulas contratuais.

Por fim a etapa de monitoramento disciplina as seguintes medidas: uso de indicadores de performance; plano de respostas de incidentes; plano de recuperação de desastres; e análise e reporte de resultados.

No dia 12 (doze) dias do mês de setembro de 2022, foi realizada a 1ª Reunião do Comitê Executivo da Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais da Secretaria de Estado da Transparência e Controle – SETC, onde foram discutidos o panorama atual de implementação da LGPD na Secretaria de Transparência e Controle e as medidas que devem ser adotadas para adequar os procedimentos de tratamentos de dados pessoais à LGPD.

A reunião teve como objetivo a apreciação, discussão e aprovação do Programa de Governança em Privacidade – PGP a ser implementado na SETC e demonstração do Plano de Conscientização dos Servidores e Colaboradores, ao final da reunião foi lavrada Ata com a aprovação por unanimidade, do Programa de Governança e Privacidade – PGP.

2.8 INSTITUIÇÃO DO “PROGRAMA DE INTEGRIDADE”

Por meio do Decreto Estadual nº 41.008, de 06 de outubro de 2021, foi regulamentada a Lei nº. 8.866/2021, que instituiu a obrigatoriedade de instituição de “Programa de Integridade” nas Empresas que contratem com a Administração Pública do Estado de Sergipe.

O Decreto Estadual nº 41.008/2021, atribuiu a SETC a competência para avaliar os Programas de Integridade apresentados, bem como regulamentar os procedimentos e diretrizes de avaliação.

Nesse sentido a SETC no dia 06 de janeiro de 2022 publicou a Portaria nº 001/2022 que dispõe sobre os procedimentos e diretrizes de avaliação quanto à aplicação e efetividade do “Programa de Integridade” das pessoas jurídicas que contratem com a Administração Pública do Estado de Sergipe.

Entre os meses de maio e junho chegaram na SETC 10(dez) processos para avaliação do programa de integridade, neste mesmo período foram exarados 4(quatro) Despachos com



Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

pedidos de diligência e 6(seis) Relatórios Preliminares de Avaliação dos Programas de Integridade.

Buscando alinhar os procedimentos de tramitação dos Programas de Integridade entre a SEDUC e a SETC, foi realizada reunião no dia 31 de agosto de 2022, com servidores das respectivas secretarias, onde foram debatidos os seguintes assuntos: forma de encaminhamento do programa integridade, necessidade de encaminhamento do programa de integridade a cada contratação com a mesma empresa, confecção de nova portaria prevendo a certificação das empresas, informação que o programa de integridade não se resume ao preenchimento dos relatórios, prazo para a apresentação do programa de integridade, sanções aplicáveis em caso de descumprimento, soma do contrato inicial com os aditivos, a necessidade de intermediação da contratante entre a contratada e a SETC.

3. GESTÃO DA SETC

3.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para o exercício 2022, a Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 8.963, de 13 de janeiro de 2022, fixou as despesas para Secretaria de Estado da Transparência e Controle, no montante de R\$ 3.270.000,00, assim distribuídos:



Fonte: i-Gesp/Sefaz

No terceiro trimestre, foram abertos créditos adicionais no valor de R\$ 23.500,00 oriundos de anulações de dotação própria, não provocando alteração em seu orçamento inicial.

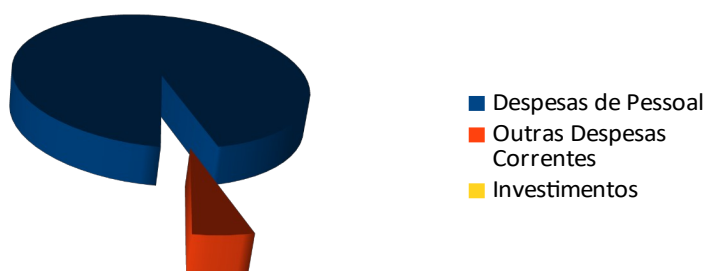
Após a abertura de créditos adicionais, a despesa orçamentária atualizada ficou assim demonstrada:



Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

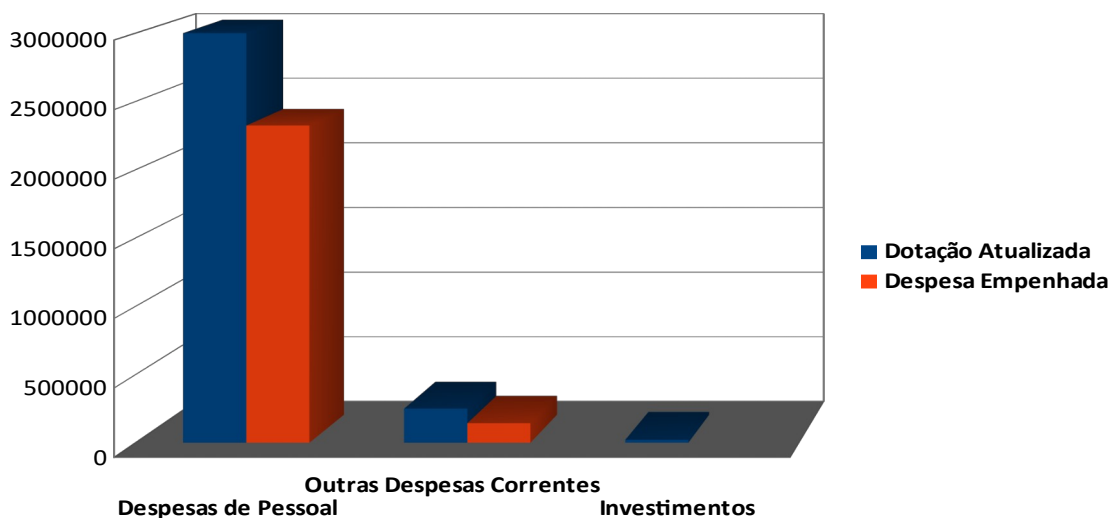
ITENS	MOVIMENTAÇÃO	VALOR R\$
A	Dotação Inicial	3.270.000,00
B	Créditos Adicionais	23.500,00
C	Dotação anulada	23.500,00
D	Dotação Atualizada (D=A+B-C)	3.270.000,00

Durante o período de 1º de julho a 30 de Setembro de 2022, as despesas orçamentárias empenhadas pela Secretaria de Estado da Transparência e Controle alcançaram o valor de R\$ 800.101,17 (oitocentos mil, cento e um reais e dezessete centavos), perfazendo o montante até o trimestre no valor de R\$ 2.465.720,16 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, setecentos e vinte reais e dezesseis centavos) que corresponde a aproximadamente 75,40% da Dotação Orçamentária atualizada e estão demonstradas no gráfico a seguir:



Fonte: i-Gesp/Sefaz

A relação entre a Dotação Orçamentária Atualizada e a Despesa Empenhada está configurada no gráfico abaixo:



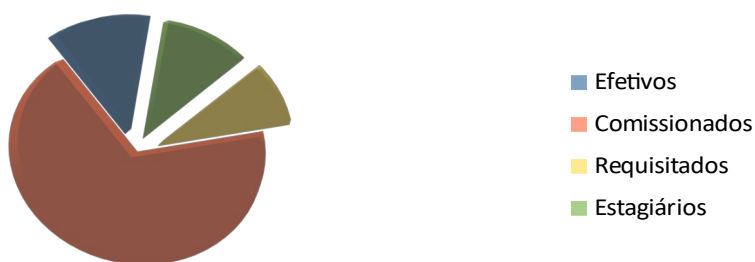
Fonte: i-Gesp/Sefaz



Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

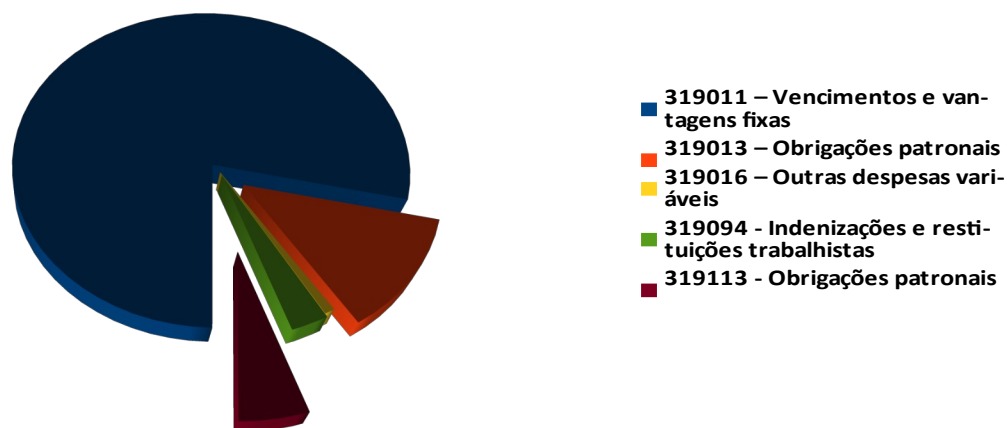
3.2 PESSOAL E ENCARGOS

O quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Transparência e Controle é composto por 48 servidores, cuja distribuição está demonstrada na estatística de evolução do gráfico a seguir:



Fonte: RH/SETC

A despesa empenhada com pessoal da Secretaria de Estado da Transparência e Controle, durante o terceiro trimestre, alcançou o montante de R\$ 753.882,94 (setecentos e cinquenta e três mil, oitocentos e oitenta dois reais e noventa e quatro centavos), perfazendo o montante até o trimestre no valor de R\$ 2.322.985,81 (dois milhões, trezentos e vinte e dois mil, novecentos e oitenta e cinco reais e oitenta e um centavo) que corresponde a aproximadamente 71,04% da Dotação Orçamentária total atualizada e está consignado nos elementos de despesas demonstrados no gráfico abaixo:



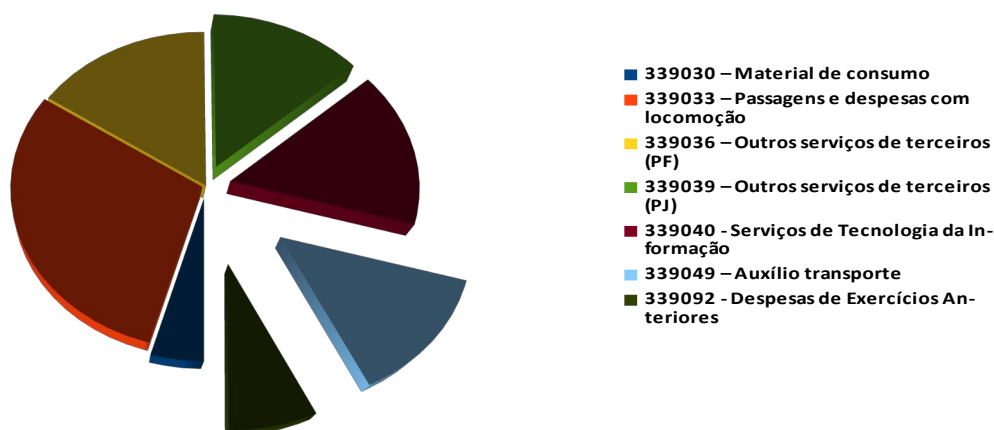
Fonte: i-Gesp/Sefaz



Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

3.3 OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO/INVESTIMENTOS

Além disso, no âmbito do custeio desta Casa de Controle Interno, durante o período de julho a setembro de 2022, alcançou o montante de R\$ 46.218,23 (quarenta e seis mil, duzentos e dezoito reais e vinte e três centavos), perfazendo o montante até o trimestre no valor de R\$ 142.734,35 (cento e quarenta e dois mil e setecentos e trinta e quatro reais e trinta e cinco centavos) que corresponde a aproximadamente 4,36% da dotação orçamentária total atualizada, conforme demonstrados no gráfico a seguir, que confirma o momento de contenção de despesa da Administração Estadual:



Fonte: i-Gesp/Sefaz

3.4 TRANSPARÊNCIA E MODERNIZAÇÃO

A área de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas é responsável pelo desenvolvimento e manutenção dos sistemas elaborados por esta secretaria. São eles:

1. **Transparência Estadual – Sistema do Portal Transparência Sergipe;**
2. **Ouvidoria-Geral – Sistema SE-OUV;**
3. **Comunicação e Painel de Monitoramento – Sistema de Avaliação dos Portais.**

3.5 OUVIDORIA SETORIAL

Foram atendidos/respondidos aos questionamentos e demandas, no total de 08 (oito) atendimentos, feitos através do portal <http://ouvidoria.se.gov.br/>, de forma ágil, transparente e eficaz.



Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

Em síntese, o relatório se propôs a demonstrar as atividades finalísticas realizadas pela Secretaria de Estado da Transparência e Controle – SETC, em cumprimento às competências legalmente atribuídas.

Aracaju/SE, 27 de outubro de 2022.

SHEILA FEITOSA MACEDO
Superintendente Executiva



Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022

1. Ciente, em 27 de outubro de 2022.
2. Autorizo a remessa deste Relatório Trimestral ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, para fins de atendimento às disposições das Resoluções nº. 206/2001, atualizada pela Resolução nº 226/2004, e nº. 306/2017.

BENEDITO DE FIGUEIREDO
Secretário de Estado

Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço <http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: IOIZ-PNM6-2DNU-LEKM



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/10/2022 é(são) :

- BENEDITO DE FIGUEIREDO - 27/10/2022 11:38:27
- Sheila Feitosa Macedo - **Pendente**



SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

Página: 1 de 1

Ofício nº 543/2022-SETC

Aracaju, 27 de outubro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor

FLÁVIO CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA NETO

Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe – TCE/SE

Avenida Conselheiro João Evangelista Maciel Porto, S/N - Capucho

Aracaju/SE - CEP: 49.081-020

Assunto: Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2022/SETC.

Senhor Presidente,

1. Ao cumprimentá-lo cordialmente, nos termos das disposições das Resoluções nº. 206/2001, atualizada pela Resolução nº 226/2004, e nº 306/2017, encaminhamos a Vossa Excelência, em anexo, o inteiro teor do Relatório Original de Controle Interno 3º Trimestre de 2022 desta Secretaria de Estado da Transparência e Controle – **SETC**.

2. Por fim, m caso de dúvidas, nos colocamos à disposição para prestar-lhe os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



ASSINADO ELETRONICAMENTE
Verificar autenticidade conforme mensagem
apresentada no rodapé do documento

BENEDITO DE FIGUEIREDO
Secretário(a) de Estado

Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço <http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: CTXH-J11X-TYMQ-AF2C



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/10/2022 é(são) :

- BENEDITO DE FIGUEIREDO - 27/10/2022 11:21:32

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE

Recibo de Transmissão

Código do Recibo: 10473
Data da Entrega: 27/10/2022
Unidade Gestora: 009228 - SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E
CONTROLE
Período: TERCEIRO TRIMESTRE Ano de Referência: 2022
Tipo: RELATORIO E CERTIFICADO DO CONTROLE INTERNO
Responsável: 02245337549

Emitido em: 27/10/2022